



1                   **CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM**  
2                   **ATA DA 90ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA UNIDADE REGIONAL COLEGIADA**  
3                   **TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA**

4  
5                   Local: FIEMG – Av. Rondon Pacheco, 2100, Vigilato Pereira - Uberlândia/MG  
6                   Datas: 13/07/2012 às 09:00 hs  
7  
8

9                   Aos 13 (treze) dias do mês de junho do ano corrente, realizou-se na FIEMG Uberlândia/MG,  
10                  logradouro acima transscrito, a nonagésima reunião ordinária do conselho de política  
11                  ambiental, Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Estiveram  
12                  presentes os seguintes conselheiros: Dra. Silvia Cristiane Lacerda, suplente da Secretaria de  
13                  Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD; Sra. Patrícia Metz  
14                  Peixoto, 1<sup>a</sup> suplente da Secretaria de Transportes e Obras Públicas – SETOP; 1º SGT PM Sr.  
15                  Carlos Augusto Faria de Oliveira, 2º suplente da Polícia Militar de Minas Gerais; Sr. Carlos  
16                  Alberto Valera, titular da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ; Sr. José Franco Basílio, 2º  
17                  suplente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais – IBAMA; Sra.  
18                  Raquel Mendes Carvalho, 2<sup>a</sup> suplente da prefeitura municipal situada na área de abrangência  
19                  da URC; Sra. Dora Marques Peres Drummond, 1º suplente do Comitê de Bacia dos Afluentes  
20                  Mineiros do Baixo Paranaíba, Sr. Thiago Alves do Nascimento, 2º suplente da Federação das  
21                  Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG; Sra. Elaine Cristina Ribeiro Lima, titular da  
22                  Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG; Sr. Moisés Inácio  
23                  Franco, 1º suplente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas  
24                  Gerais - FETAEMG; Sra. Simone Naves Bernardes Costa, 2<sup>a</sup> suplente da Associação  
25                  Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES; Sra. Nathália Cristine Araújo, titular da  
26                  Organização para a Proteção Ambiental – OPA; Sra. Vanda Davi Fernandes de Oliveira,  
27                  titular do Ambiente e Educação Interativa – AMEDI; Sr. Natal Junio Pires, 2º suplente do  
28                  Centro Federal de Educação Tecnológica de Araxá – CEFET /MG; Sr. Reginaldo de  
29                  Camargo, titular da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. **Item 1 - Execução do Hino**  
30                  **Nacional Brasileiro. Item 2 – Abertura pelo Secretário de Estado Adjunto de Meio**  
31                  **Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC/COPAM Triângulo**  
32                  **Mineiro e Alto Paranaíba, Dr. Danilo Vieira Junior.** SILVIA (PRESIDENTE) – Bom dia a  
33                  todos. Eu gostaria só de informar aos senhores conselheiros e aos demais aqui presentes que  
34                  hoje agente não conta com a presença do Rodrigo, Superintendente, devido a um falecimento  
35                  de um tio dele agora na parte da manhã, eu gostaria de contar com todo apoio da equipe do  
36                  Rodrigo, da equipe da Supram nos trabalhos de hoje. Neste momento agente passa para o  
37                  **item 3 - Comunicado aos conselheiros**, e eu passo a palavra aos senhores. THIAGO  
38                  (FIEMG) – Bom dia a todos, só gostaria de constar que foi iniciada a campanha contra  
39                  incêndio de 2012 capitaneada pela Faber Castel, Cargil, Cemig dentre outros e existem  
40                  cartazes que nos vamos distribuir com telefones em caso de incêndios as margens da estrada  
41                  para que agente possa colaborar da melhor forma possível. Obrigada. NATHALIA (OPA) -  
42                  Convida-los para final de julho, esse ultimo final de semana de julho agente vai realizar o  
43                  curso de ISO 9001 de gestão de qualidade, então os interessados entrar no site da OPA ou  
44                  entrar em contato no e-mail [opa@opa.org.br](mailto:opa@opa.org.br), para fazer esse curso. SILVIA (PRESIDENTE)  
45                  – Mais nenhum comunicado srs. conselheiros? Então passamos nesse momento para o **item 4**  
46                  - **Exame da Ata da 89ª RO de 15/06/2012** – Os senhores conselheiros que concordarem com



47 a ata que estava disponibilizada no site da SEMAD permaneça como está ou manifeste voto  
 48 contrário. A CONSELHEIRA NÃO SE IDENTIFICOU - Eu gostaria de me manifestar.  
 49 Cumprimento a todos, parece alto o microfone hoje né? Bom, o que eu queria dizer da ata,  
 50 uma das coisas que eu gostaria que constasse em ata, é horário do início dos trabalhos e o  
 51 horário do final dos trabalhos, que isso pudesse constar em ata. Bom, quando eu li a ata, eu vi  
 52 que na verdade há transcrição do áudio né? Eu penso assim, que um documento público, que  
 53 futuramente as pessoas vão tomar conhecimento, no meu ponto de vista, posso estar  
 54 equivocada, os conselheiros colegas podem não concordar comigo é que essa ata fosse feita  
 55 nos termos da nossa língua escrita mesmo né? Que ela pudesse ter pontuação e que pudesse  
 56 ter as correções necessárias. Então se os conselheiros concordarem comigo, porque hoje a  
 57 gente lê e a gente entende porque a gente participou da reunião, mas futuramente se alguém  
 58 quiser fazer uma pesquisa nesse documento ela vai ter dificuldade de entender realmente o  
 59 que está acontecendo, esse é meu sentimento tá. Eu queria que pudesse ser feitas correções  
 60 nas folhas 48 que está escrito “lixia” ao invés de lichia, essas coisas que a pessoa poderia não  
 61 entender do que se trata, das linhas 51 a 56, tem alguma coisa que parece que não está dando  
 62 para compreender, eu não sei, talvez o áudio não tenha ficado muito bom e na hora que a  
 63 pessoa foi transcrever ela não conseguiu. As folhas 298 tem uma escrita também que não está  
 64 adequada que no caso esta preposição é uma proposição e dificulta o entendimento para quem  
 65 não tiver participado. Tem um erro no nome na fila 612 e nas folhas 430 faltou colocar o  
 66 pedido de esclarecimento da FIEMG, pois o representante da FIEMG pediu um  
 67 esclarecimento e ele pede a mesa que o conselheiro que pediu vista motive seu pedido de vista  
 68 e isso não consta, eu gostaria que fizesse constar isso na ata. São essas considerações senhora  
 69 presidente. THIAGO (FIEMG) – Eu não lembro de ter feito esse pedido. RAQUEL  
 70 (SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE) – Abstenção. SILVIA (PRESIDENTE) –  
 71 Conselheira Vanda, com relação a essas sugestões de alteração a equipe da Supram vai pegar  
 72 com você por escrito para fazer essas alterações tá? E a Kamila gostaria de fazer um histórico  
 73 sobre as atas dentro dessa URC tá? KAMILA (SUPRAM) – Então conselheira, muito já foi  
 74 discutido a respeito das atas, antes era uma ata sucinta dai a gente teve o problema de que em  
 75 alguns casos não estava dando a interpretação que aquele conselheiro naquele momento quis  
 76 que fosse expressada na ata, que não estaria fiel. Então a forma que a gente entendeu que a  
 77 gente conseguiria eliminar isso seria através de uma ata realmente na íntegra tal qual ocorre  
 78 em algumas superintendências. Agora quanto à questão do horário de início e fim, é possível,  
 79 mas aí a presidente vai ter que dizer quando iniciar, porque a pessoa só transcreve então é  
 80 preciso que fique registrado esse horário de início e fim, agora esse ponto da ata em síntese ou  
 81 íntegra que volta novamente a polêmica que aí a gente precisaria ver qual seria a forma mais  
 82 adequada. A CONSELHEIRA NÃO SE IDENTIFICOU – A questão que não me fez entender  
 83 bem, eu acho que ela deve estar na íntegra, eu estou de acordo com isso, de forma alguma eu  
 84 gostaria que fosse diferente, eu acho que ela deve estar na íntegra, mas não a transcrição ipsi  
 85 litteris do áudio, porque, por exemplo, se um conselheiro erra uma palavra vai errado na  
 86 escrita, aí se o conselheiro fala “né”, vai “né” na escrita, “não é”? Não poderia colocar não é  
 87 no lugar? Então assim uma coisa escrita, eu estou dando um exemplo simples, só para não  
 88 falar das outras coisas que tem dentro da ata, que para uma pessoa que futuramente for fazer  
 89 uma leitura, um pesquisador que queira pesquisar como que foi esse processo, entender a ata,  
 90 e não tem pontuação nenhuma, o texto não tem pontuação, então mesmo quando a gente fala  
 91 tem um momento que a gente para. Eu não quero síntese, na íntegra mesmo, mas com as  
 92 correções para que fique mais inteligível para outras pessoas que não participaram da reunião.



93 SILVIA (PRESIDENTE) – Conselheira, a equipe da SUPRAM irá analisar, mas mantendo a  
 94 forma na íntegra, tá? Então aprovada a ata com as alterações da conselheira Vanda e com  
 95 abstenção da conselheira Raquel da Secretaria de Meio Ambiente, ok? Então passamos neste  
 96 momento para a leitura de todos os itens de processo de pauta, caso os senhores conselheiros  
 97 necessitem de destaque vocês solicitem e o restante a gente vota em bloco. **Item 5- Processo**  
 98 **Administrativo para exame da Licença de Operação Corretiva:** 5.1 Cooperativa  
 99 Agropecuária de Patrocínio Ltda. - Beneficiamento primário de produtos agrícolas e  
 100 armazenagem de grãos ou sementes - Patrocínio/MG - PA/Nº 09862/2008/002/2011 -  
 101 Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. - RETORNO DE VISTA pelos Conselheiros  
 102 Thiago Alves do Nascimento representante da FIEMG e Vanda Davi Fernandes de  
 103 Oliveira representante da AMEDI. CONSELHEIRA NÃO SE IDENTIFICOU – Isso é  
 104 para apresentar o parecer né? SILVIA (PRESIDENTE) – Isso, destaque da Policia. **Item 6.**  
 105 **Processos Administrativos para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença**  
 106 **de Instalação:** 6.1 Petra Energia S.A - Locação e perfuração de poços exploratórios de  
 107 gás natural ou de petróleo inclusive em área cárstica - Patos de Minas/MG - PA/Nº  
 108 04074/2012/001/2012 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. Destaque (Não se  
 109 identificou). NATHALIA (OPA) – destaque. 6.2 Carlos Alberto Peloi/Fazenda Rio das  
 110 Pedras - Avicultura de corte e reprodução e bovinocultura de leite - Uberlândia/MG -  
 111 PA/Nº 02934/2012/001/2012 - Classe 4 - Apresentação: Supram TMAP. VANDA  
 112 (AMEDI) – Destaque. NATHALIA (OPA) – Destaque. 7. **Processo Administrativo para**  
 113 **exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação - Ampliação:** 7.1  
 114 Curtume Boa Vista Ltda. - Fabricação de couros por processo completo, a partir de  
 115 peles até o couro acabado, com curtimento exclusivamente ao tanino vegetal e  
 116 fabricação de couro por processo completo, a partir de peles até o couro acabado, com  
 117 curtimento ao cromo, seus derivados ou tanino sintético - Carmo do Paranaíba/MG -  
 118 PA/Nº 00152/1995/006/2010 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. VANDA  
 119 (AMEDI) – Destaque. **Item 8 Processo Administrativo para exame da Licença de**  
 120 **Operação:** 8.1 Gerdau Aços Longos S.A - Depósito de sucata metálica, papel, papelão,  
 121 plásticos ou vidro para reciclagem, contaminados com óleos, graxas ou produtos  
 122 químicos, exceto embalagens de agrotóxicos. - Uberlândia/MG - PA/Nº  
 123 16663/2011/002/2012 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. VANDA (AMEDI) –  
 124 Destaque. **9. Processos Administrativos para exame da Licença de Operação Corretiva:**  
 125 9.1 Maxdiesel Veículos e Peças Ltda. - Posto revendedor de combustíveis - Araxá/MG -  
 126 PA/Nº 03220/2001/002/2012 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. VANDA  
 127 (AMEDI) – Destaque. 9.2 Scala Produtos Alimentícios Ltda. - (Ex - Reimassas) -  
 128 Fabricação de outros produtos alimentares, não classificados ou não especificados -  
 129 Uberlândia/MG - PA/Nº 00223/2003/002/2011 - Classe 5 - Apresentação: Supram  
 130 TMAP. NÃO SE IDENTIFICOU – Esse processo agente recebeu ele agora como vai ter  
 131 comentários, eu vou aguardar os comentários com destaque é claro. **10. Processos**  
 132 **Administrativos para exame de Revalidação da Licença de Operação:** 10.1 Produtos  
 133 Tarumã Ltda. - Preparação do Leite e fabricação de produtos de laticínio -  
 134 Uberlândia/MG - PA/Nº 00082/1987/002/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram  
 135 TMAP. VANDA (AMEDI) – Destaque. 10.2 Frigorífico Delta Ltda. - Abate de animais de  
 136 médio e grande porte - Delta/MG - PA/Nº 00312/1999/005/2009 - Classe 3 -  
 137 Apresentação: Supram TMAP. Esse processo está sendo retirado de pauta. SILVIA  
 138 (PRESIDENTE) – Srs. Conselheiros, então não teremos nenhuma votação em bloco porque



139 todos os processos foram solicitados destaque, a Kamila da SUPRAM está informando que os  
 140 pareceres de vista não foram entregues dentro do prazo estabelecido, que foi combinado dos  
 141 senhores conselheiros entregarem no prazo de 5 (cinco) dias para que fosse expostos no sitio  
 142 da SEMAD e isso não aconteceu. Então a gente gostaria de pedir o apoio dos conselheiros  
 143 que toda vez que for solicitado vista que seja cumprida a entrega dos relatórios. Neste  
 144 momento abrimos a discussão do item 5.1, com a apresentação da conselheira Vanda Davi  
 145 Fernandes de Oliveira, representante da AMEDI, o seu relatório de vistas. VANDA (AMEDI)  
 146 – Bom, é, inclusive eu quero pedir desculpas por não ter conseguido entregar o parecer com  
 147 antecedência, porque o único momento que eu tive oportunidade de visitar o empreendimento  
 148 foi no último final de semana, e depois com uma série de atividades eu não consegui  
 149 realmente a tempo, mas acredito que tenha dado tempo dos senhores conselheiros fazer leitura  
 150 porque a SUPRAM passou ontem ainda de manhã, foi ontem pela manhã né? E peço a  
 151 compreensão dos colegas, porque eu acho que na verdade esse processo que nós temos aqui é  
 152 um processo de ajuda mútua, porque a gente está aqui com o mesmo interesse de ver aquele  
 153 empreendimento que está com problema, o que a gente pode fazer para ajudar a corrigir essas  
 154 questões. Eu estive no empreendimento, conversei com a proprietária e ela me mostrou a  
 155 instalações e depois disso eu fiz uma fala com a comunidade do entorno, lá tem uma escola,  
 156 uma creche. Falei com a diretora da escola e depois eu quero passar um vídeo pequeno, são  
 157 uns quatro minutos de vídeo, que foram as entrevistas que nós fizemos com essas pessoas.  
 158 Então, assim, é um empreendimento que eles tentam amenizar a questão da emissão  
 159 atmosférica, mas ela está ineficiente, porque ela está ineficiente? Nas próprias fotos que nós  
 160 tiramos, dá para demonstrar à transparência, eu gostaria se pudesse, que colocasse esse parecer  
 161 no quadro para mostrar essas duas fotos porque dá para ver a transparência do lado de dentro  
 162 para fora, dá para você ver a transparência que é uma telinha, e uma outra foto dá para você  
 163 ver que aquele pó de milho, porque é um pozinho de milho fino que ele realmente é lançado  
 164 na atmosfera, muita coisa. Embora eles tentam amenizar com uma chuvinha de água, e  
 165 consegue que muita coisa fique retida, muita coisa vai para atmosfera e isso está causando  
 166 doença na comunidade do entorno. Essa comunidade já tentou pelas vias civis entrar com  
 167 processo, eles tem processo lá em Patrocínio, e eles não tem tido sucesso. Então assim, a  
 168 minha intenção de vir aqui hoje falar desse empreendimento é no sentido de a gente conversar  
 169 o que seria possível fazer, por exemplo, eu não sou contra o empreendimento, de forma  
 170 alguma a AMEDI é contra o empreendimento, nos temos que ver como que a gente pode  
 171 ajudar essas pessoas porque, a história desse empreendimento, antes era da CASEMG, o  
 172 armazém era da CASEMG, uma empresa do Estado, um Estado que tem obrigação de cuidar  
 173 das pessoas e quando ela começa a ter problema com esse empreendimento, ela arrenda o  
 174 empreendimento para cooperativa, são mais de 2 mil cooperados, ela atende mais de 2 mil  
 175 cooperados, só que não adianta o Estado passar problemas para ele, porque se fosse fazer um  
 176 levantamento do que o Estado gasta com a saúde dessas pessoas que estão sofrendo, no  
 177 entorno do empreendimento, isso deve ter um custo altíssimo para o Estado, além das pessoas  
 178 passarem por todo esse sofrimento. Por isso o opiniamento da AMEDI, vai no sentido de não,  
 179 não votar a favor do empreendimento, votar sim a favor do empreendimento com a  
 180 condicionante de colocar um filtro manga que vá funcionar, porque o que está, está  
 181 demonstrado, e eu quero fazer essa demonstração, que não está atendendo. Além disso, eu  
 182 queria falar que no parecer da SUPRAM, e aqui eu queria falar com os técnicos, porque no  
 183 parecer, e isso eu gostaria também de compartilhar com os conselheiros, que muitas vezes  
 184 agente olha o parecer e a visita foi feita a muito tempo, por exemplo, a visita desse



185 empreendimento a SUPRAM fez em 2011, ou seja, pode ser, pode ser não, com certeza na  
 186 época em que a SUPRAM visitou, não tinha o que a gente viu dentro do empreendimento.  
 187 Onde está guardado o material fertilizante tem muito mato, por isso a gente colocou aquelas  
 188 medidas mitigadoras que são coisas simples que a empresa pode fazer, que vai evitar riscos.  
 189 Veja essa canaleta aí, essa água, porque não sei se vocês viram no parecer, há um consumo  
 190 entre 5.000 e 6.000 litros de água, para onde vai essa água? Parte dela umedece aquele pó, a  
 191 outra parte que não fica naquele pó, ela escorre nessa canaleta que vai direto para via pluvial,  
 192 chega na rua e dá um odor fétido para a população, diz que a tarde essa população não tolera o  
 193 odor, e isso não consta no parecer. Então, assim, eu queria pedir a função dos técnicos, é tão  
 194 importante, mas tão importante, e a gente tenta também fazer essa fala para ajudar, porque  
 195 aqui a gente está junto, vocês fazem uma parte do trabalho, a gente ajuda fazer a outra parte  
 196 do trabalho para um proteger o outro, e proteger o meio ambiente, porque se amanhã ou  
 197 depois eu tenho um processo aprovado com base em um parecer que não está real e fidedigno  
 198 há problemas para o técnico. Então são coisas importantes, ai eu gostaria que os senhores  
 199 vissem essa foto, por favor, volte essa foto na tela, a outra, sobe um pouquinho, o que eu  
 200 queria que os senhores vissem, está vendo como que fica, não está muito boa a foto, mas por  
 201 mais que tente segurar essa emissão ali dentro, do lado de fora da para ver esse pózinho fino  
 202 de milho, e esse pó é o maior problema para essa comunidade. Então considerando que todos  
 203 leram o parecer, e peço desculpas em alguns escritos não ficou tão completo, mas como eu me  
 204 referi às falas que já estavam nos estudos, porque os estudos que foram feitos de emissão,  
 205 foram feitos fora do período de Safra, ou seja, se eu vou até a empresa medir o barulho, se eu  
 206 meço o barulho fora do período de Safra, o barulho não vai corresponder ao período da Safra,  
 207 no parecer isso não ficou claro, mas só olhando dentro do processo é que eu pude ver porque  
 208 o próprio técnico fez a medição e garantiu que a medição foi feita fora do período de Safra,  
 209 então a emissão não corresponde à realidade que está no parecer, e isso para mim é  
 210 preocupante. Então se alguém quiser me questionar, eu estivesse lá, se eu não souber gente,  
 211 eu sinto muito, eu tentei fazer o melhor. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, conselheira Vanda.  
 212 Antes de passar a palavra para o conselheiro Thiago fazer a apresentação, eu gostaria só de  
 213 informar que as informações que estão dentro do parecer da SUPRAM, foram sim em relação  
 214 à data de vistoria que eles fizeram a época, e são informações reais, e a análise da equipe é em  
 215 cima do projeto que foi apresentado no órgão ambiental, a responsabilidade de elaboração do  
 216 projeto é do empreendedor e de sua equipe técnica. A SUPRAM fez análise do processo  
 217 apresentado no órgão ambiental. Então em nenhum momento a SUPRAM, acho que os  
 218 demais conselheiros não devem ter essa dúvida, de terem deixado informações que não  
 219 fossem fiéis, que retratassem a realidade no momento. Essa informação da sra. que essas  
 220 informações não são fidedignas, acho que é um pouco perigoso. NÃO SE IDENTIFICOU –  
 221 Quero fazer uma correção, no parecer não tem todas as informações importantes que nós  
 222 precisamos para analisar o processo como um todo. SILVIA (PRESIDENTE) – Conselheira  
 223 Vanda, então a sra. já apresentou todas suas dúvidas e a equipe técnica irá responder após a  
 224 apresentação do conselheiro da FIEMG. A palavra está para você conselheiro Thiago.  
 225 THIAGO (FIEMG) – Primeiramente, gostaria também de me desculpar pelo atraso, eu tive  
 226 um imprevisto de ordem pessoal e tive que fazer uma viagem, mas consegui ainda com um  
 227 pouco mais de tempo disponibilizar para vocês o parecer. E, nós enviamos então um parecer  
 228 aos conselheiros, acompanhando o parecer técnico da equipe, entendendo que na leitura do  
 229 processo, na conversa com o responsável pelo empreendimento, responsável pelos projetos,  
 230 restou o suficiente a questão para aprovação da licença. Sem querer me alongar, se existem



tais problemas e eles não conseguiram ser identificados na época, nós temos aqui a Procuradoria Geral de Justiça que com certeza vai agir, e esse conselho aqui também, não é um conselho engessado, nós estamos aqui, como foi falado pela conselheira Vanda, para nos ajudar a ajudar o meio ambiente. Então, eu gostaria de ressaltar que nós vamos acompanhar o parecer da SUPRAM que é pelo deferimento da licença. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok! Então a gente gostaria de ouvir a equipe técnica para esclarecer todas as dúvidas que foram levantadas pela conselheira da AMEDI.AMILTON (SUPRAM) – Bom dia Vanda, a gente esteve lá o ano passado, e a preocupação que você colocou foi a nossa preocupação também, tanto é que nós enviamos naquela época, o ofício 3111/2011, pedindo esses três itens que você colocou aqui, análise de ruído; laudo de emissão de particulado e comprovação adequada do sistema que ele tinha de captação de pó. Ele apresentou essas informações dentro do prazo estabelecido, nós não voltamos ao empreendimento, analisamos a informação prestada pela consultoria, pois tem engenheiro ambiental responsável pela gestão do empreendimento, e nós acatamos aquela informação e colocamos aqui o processo para votação. Se esse empreendimento estiver na condição que você colocou aqui, eu jamais teria a coragem de colocar um parecer aqui para a apreciação de vocês, porque eu sou servidor público, sou conhecedor dos meus deveres como servidor público, e também sou conhecedor das responsabilidades que eu posso ter por induzir você a um erro. Quando eu estive lá, teve um outro pessoal comigo também, nós conversamos com o Sr. Francisco. Perguntamos se ele tinha problema com a comunidade, o Sr. tem algum procedimento administrativo aberto no Ministério Público, tem algum problema? Ele falou: olha, eu não tenho nenhum problema, nenhum morador nunca veio aqui reclamar para mim, aí nós conversamos mais ainda, agora ultimamente nós ligamos lá, e verificamos que o Sr. Antonio Geraldo, que foi a pessoa que veio aqui pedir para que a Sra. pedisse vista, era diretor do CODEMA, inclusive a 1 ano atrás, a prefeitura deu a declaração de uso e ocupação do solo falando que o empreendimento estava de acordo com a lei municipal. A prefeitura deu um alvará de funcionamento para o empreendimento, tem problema nesse empreendimento? Tem problema, a rede da FCA passa ao lado do empreendimento, tem casa que está a 5 metros da rede de FCA, tem casas que está a 9 metros da linha do FCA. Quando o vagão da FCA passa, ele demora cerca de 5 a 7 minutos em uma velocidade de 15 Km/h, e causa um barulho enorme, treme ate a casa das pessoas que estão lá de baixo, ai contraria lei de ocupação do solo, que fala que deveria respeitar quinze metros de cada lado. Então tem um problema lá realmente, a comunidade está muito próxima, inclusive da linha da FCA, colocando em risco a vida de uma criança ou uma pessoa que está passando ali. Então deu um problema de gestão municipal lá, com relação inclusive a essas moradias. Quando a sra. coloca aqui no item processo licitatório, oficio 3111 processo licitatório, aqui não é um processo licitatório, o processo licitatório é regido pela lei 8666/93, aqui é um procedimento administrativo de licença ambiental. Com relação à questão das pragas, dos insetos, roedores, nós temos uma MG que dá acesso a Ibiá / Patrocínio, que passa ao lado de cima, temos a avenida Faria Pereira, que corta esse sentido, temos uma outra rua assim, do lado de cá, nós temos um monte de terreno cheio de braquiária, que não é aqui da Copa, que a prefeitura tem que, é dever da prefeitura municipal cobrar daqueles terrenos uma limpeza daquela área, porque área suja o camarada vai lá joga lixo, o próprio morador joga lixo, dá barata, dá inseto, dá rato. Dentro do empreendimento, o empreendimento é antigo, as instalações são antigas, se fosse um empreendimento mais novo, estaria bem melhor do que estaria lá hoje, tem um sistema de controle, a sra. coloca bruxinhas, mas deve ser mariposas, insetos, pragas do grão do milho, tem um sistema por quê? Porque tem uma



277 portaria do Ministério da Agricultura, que ele avalia o produto na entrada e na saída, e ele não  
 278 pode vender milho carunchado para os outros. Então ele tem que ter um sistema de controle  
 279 de praga dentro do empreendimento dele, porque se não, se ele vender alguma coisa  
 280 carunchada ele vai receber uma ação. E também, eu liguei lá, conversei com a comunidade,  
 281 com algumas pessoas foi me falado que o Sr. Antônio Geraldo é candidato a vereador pelo  
 282 PHS, está querendo levantar a moral de ambas sociedade a oposição dos diretores da  
 283 cooperativa. Mas ai seria um outro problema, nós temos que nos ater ao problema ambiental,  
 284 e o que eu tenho para dizer para senhora é que quando eu fui lá, e baseado nas informações  
 285 que me foram prestadas, ele tem sistema de controle lá dentro, esse sistema de controle tem  
 286 que ser bem executado, se ele executar esse sistema de controle e manejar ele adequadamente,  
 287 ele vai evitar problema com a comunidade, e o nosso parecer é esse que está ai na forma como  
 288 ele está, tá? JOSÉ ROBERTO (SUPRAM) – Conselheira Vanda a questão de colocar filtro  
 289 manga, existem sistemas de controle de emissão atmosférica, então tem tubo Venturi, que não  
 290 sou eu, mas tem tubo Venturi, lavador de gases via úmida que tem a mesma eficiência de  
 291 filtro manga, o filtro manga também. No caso lá não são duchinhas, o consultor está aqui, é  
 292 uma aspersão ao material particulado, que segundo o processo visa garantir. Se não está tendo  
 293 eficiência ou controle necessário, ai teria que melhorar igual à senhora falou, agora os  
 294 sistemas pode ter o ciclone junto com o filtro manga, isso quem vai definir realmente tem que  
 295 ser o empreendedor que garante essa eficiência de controle se estiver atrapalhando a  
 296 comunidade. La na região tem areeira, tem vários outros empreendimentos que o zoneamento  
 297 ali está tudo. Então tem que fazer um raio em volta para saber a qualidade do ar.AMILTON  
 298 (SUPRAM) – Pode-se colocar uma condicionante para monitorar a qualidade do ar naquele  
 299 empreendimento. Eu me inscrevi NAZARA (PCA – AMBIENTAL) – empresa de consultoria  
 300 a gente que elabora e mantém o acompanhamento até o momento. Eu gostaria só de esclarecer  
 301 que todas as informações prestadas até então, nós fizemos visitas logo após ela pedir vistas,  
 302 realmente nesse ano, que nós acompanhamos, havia um probleminha e outro e houve as  
 303 correções. Todas as informações prestadas estavam dentro dos padrões, estão fazendo  
 304 monitoramento, eu sou engenheira civil e eu quem sou responsável técnica pelos trabalhos até  
 305 hoje, não vejo nenhum motivo de instalar filtro manga. Não existe indicação técnica para isso,  
 306 o que eles escolheram até hoje, é o suficiente, porque o tipo de atividade que eles  
 307 desenvolvem é para isso, filtro manga é no máximo exigido para atividade com, vamos falar  
 308 que para cimenteira, é o máximo assim, não para este tipo de atividade. Não por questões de  
 309 custo nada, se realmente eles sentirem que querem muito mais que tem lá, tudo bem, mas pelo  
 310 entorno, o que existe no entorno, o que eles fazem, já é o suficiente. Obrigada. JOSE  
 311 ROBERTO (SUPRAM) – Com relação também a questão de partículas, eu estava falando  
 312 com o conselheiro o seguinte, você olha no entorno, a vegetação nós vimos não tem sinais,  
 313 em cima do armazém não tem, o que a sra. colocou embaixo a sra. mostrou a foto, e realmente  
 314 se está sendo mal operado tem que ser corrigido. Quando o empreendimento foi lá nós fomos  
 315 na medida de controle apresentada e garantia eficiência, agora se não está garantindo tem que  
 316 ser feito o controle, a operação. SILVIA (PRESIDENTE) – Senhores conselheiros, eu vejo  
 317 aqui no momento em relação a dúvida da conselheira Vanda é se o sistema que foi  
 318 apresentado dentro do processo de licenciamento está atendendo os padrões para emissões  
 319 atmosféricas. Eu gostaria que a equipe informasse isso, o que foi apresentado, o que foi  
 320 projetado pela empresa atende os padrões? NÃO SE IDENTIFICOU – Senhora presidente, é  
 321 uma questão de ordem aqui, é o seguinte, são problemas distintos, por exemplo, a sociedade, a  
 322 comunidade, reclama de dois problemas básicos, falar das bruxinhas faz parte de todo o



323 processo, e aqui eu já peço desculpas por falar das bruxinhas para os expressores a próxima  
 324 vez vou nomear corretamente. A comunidade fala do mau cheiro e fala da poeira. Qual foi, eu  
 325 quero saber assim bem direto, qual a solução que a SUPRAM está dando no parecer para o  
 326 efluente líquido que está caindo na rede pluvial, que está indo até a rua causando esse mau  
 327 cheiro, esse é o primeiro ponto. O segundo ponto, esse sistema do jeito que está, não quer  
 328 dizer, eu vou fazer a assertiva, eu quero que fale o contrário, que pelo que nós constatamos e,  
 329 se logo depois da minha fala, fosse possível passar o vídeo, a comunidade está reclamando  
 330 que aquele sistema que eles estão utilizando não é eficiente, porque uma noite sequer que o  
 331 carro fica do lado de fora, eles podem juntar um monte daquele pó de milho fininho. Isso  
 332 entra para dentro das casas, as pessoas ficam com as casas fechadas, mesmo assim isso entra  
 333 para dentro das casas. Então, é nesse ponto, acho que é questão da emissão dos efluentes  
 334 líquidos e atmosférica, eu acho que é basicamente isso. AMILTON (SUPRAM) –  
 335 Conselheira, o efluente líquido, quando nós tivemos lá, eu não vi isso que a senhora está  
 336 falando não, com todo respeito, de escorrer. VANDA (AMEDI) – Eu mostrei a foto.  
 337 AMILTON (SUPRAM) – Aquilo lá é uma foto da caneleta interna, agora lá de fora do  
 338 empreendimento eu não vi escorrendo não, sabe por quê? A senhora sabe a distância que tem  
 339 desse empreendimento a casa? A linha da FCA está do lado de baixo não está? A senhora viu  
 340 lá a linha da FCA? VANDA (AMEDI) – Vamos ver o vídeo das pessoas falando porque se  
 341 não fica só eu falando. AMILTON (SUPRAM) – Agora conselheira, é o seguinte, eu não sou  
 342 contrário a instalar filtro de manga não, se o engenheiro apresentar um projeto, sendo ele  
 343 responsável pela instalação e ele comprovar a eficiência do sistema não somos contra não,  
 344 agora eu não posso sugerir a tecnologia para ele, porque se eu sugerir a tecnologia para ele eu  
 345 sou corresponsável se o sistema não funcionar. Agora se ele vai apresentar um filtro manga ou  
 346 outro sistema de controle e ele garantir na ART dele que é eficiente, tudo bem. O que nós  
 347 podemos pedir, é que ele faça monitoramento mais contínuo, que ele faça entrevista com a  
 348 comunidade. Agora uma coisa curiosa, tem tanto problema, por que não recorreu antes, o  
 349 processo ficou dentro da SUPRAM durante um ano, por quê que não foi lá, por que o Sr.  
 350 Antônio Geraldo deu declaração e não sugeriu nada na declaração que ele nos deu? THIAGO  
 351 (FIEMG) – Eu vou te explicar porque ele não deu, porque ele é candidato a vereador na  
 352 cidade. NATHALIA (OPA) – Eu queria questionar, perguntar uma sugestão para equipe da  
 353 SUPRAM, que eles já propuseram algumas condicionantes para monitoramento, eu queria ver  
 354 se a equipe da SUPRAM tem alguma sugestão de condicionante para monitoramento para  
 355 verificar, o que vocês falaram parece que não bate. AMILTON (SUPRAM) - Nós podemos  
 356 sugerir monitoramento da qualidade do ar. Agora, lá tem outras atividades, tem um depósito  
 357 de areia do lado, as vias lá não são asfaltadas é em terra, tem uma fábrica de ração do lado que  
 358 não é objeto desse empreendimento, tem um laticínio do lado de cá, então você entende? Tem  
 359 outros, aí você vai monitorar todo mundo vai contribuir, mas eu acho que pode se fazer e ver  
 360 a qualidade do ar que está naquela região e pedir que cada um que gere algum tipo de poeira  
 361 faça a adequação correta para evitar problema na comunidade, porque quando a gente foi lá  
 362 nós não verificamos isso que ela está falando e nós perguntamos a comunidade e não estavam  
 363 sabendo. VANDA (AMEDI) – Então vamos ouvir comunidade senhora presidente. SILVIA  
 364 (PRESIDENTE) – Senhores conselheiros, Vanda acho que está tendo uma confusão a  
 365 SUPRAM não pode propor modificação no projeto que foi apresentado pela empresa não. A  
 366 empresa apresentou um projeto com controle atmosférico a SUPRAM analisou todos os  
 367 resultados apresentados pelo projetista e verificou que esse projeto está dentro dos padrões  
 368 estabelecidos. O que pode ser feito é o que a conselheira Nathalia solicitou, mas isso já está



369 na condicionante número três do automonitoramento, a verificação da poluição atmosférica, o  
 370 cumprimento dos padrões, então que a gente pode é monitorar esse empreendimento após a  
 371 aprovação da licença, mas nós não podemos aqui, nesse momento, sugerir que seja  
 372 implantando um filtro de manga. VANDA (AMEDI) – Uma questão de ordem, senhora  
 373 presidente é que eu não terminei ainda de apresentar meu parecer, faz parte do parecer o  
 374 vídeo, eu peço licença para terminar de mostrar meu parecer, eu acho que é a primeira coisa,  
 375 depois a gente parte para discussão. SILVIA (PRESIDENTE) – Ficou entendido para todo  
 376 mundo aqui que a senhora tinha feito sua apresentação tanto que nós passamos para o  
 377 conselheiro Thiago. VANDA (AMEDI) – Não, desde o início eu estou dizendo, faz parte,  
 378 inclusive está escrito no parecer o vídeo, eu disse fará parte o vídeo, porque nós vamos editar,  
 379 demorou a edição para ficar bem pequenininho, para ser apresentado aqui e não tomar tanto  
 380 tempo dos conselheiros. SILVIA (PRESIDENTE) – Conselheira Vanda, assim como foi feito  
 381 com outros projetos anteriores, toda vez que tem a necessidade de apresentar um vídeo a  
 382 gente coloca em discussão para que os conselheiros analisem se presente ou não esse vídeo.  
 383 VANA (AMEDI) – Ainda que eu diga que o vídeo faça parte do meu parecer? SILVIA  
 384 (PRESIDENTE) – Nesse momento então, conselheira Vanda, a gente coloca aqui para  
 385 apreciação dos senhores conselheiros. A conselheira Vanda apresenta o vídeo para esclarecer  
 386 com as entrevistas da comunidade manifestando sobre o empreendimento? VANDA  
 387 (AMEDI) – Um vídeo de 4 minutos. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, então veremos neste  
 388 momento o vídeo. Foi dado inicio ao vídeo. VANDA (AMEDI) Senhora presidente eu peço  
 389 que retire o vídeo, e eu vou pedir que nesse exato momento passe esse vídeo para todos os  
 390 conselheiros, por email, que eles tem o sistema aqui, e eu vou dizer o seguinte, a comunidade  
 391 está reclamando imensamente que o problema é sério, tem crianças com problema de saúde,  
 392 os senhores, muita gente já mudou de lá, pessoas às vezes mudam para o bairro e muda de lá  
 393 rapidinho porque não aguenta o pó do milho, o sistema não está eficiente, ele pode vir a ser,  
 394 eu não sei isso quem vai dizer é o técnico. Então o pessoal sugere o seguinte, inclusive eu  
 395 queria contestar o que a técnica da empresa falou aqui, porque a própria dona dessa empresa  
 396 que hoje arrenda para cooperativa, ela adota o sistema de filtragem com filtro de manga, que é  
 397 uma empresa do Estado que é a CASEMG. A CASEMG usa esse tipo sim, porque ela fez  
 398 uma fala aqui, para quem não conhece, vai falar que ela falou corretamente, eu contesto  
 399 dizendo que essa empresa, a própria dona utiliza esse sistema. Então o que eu quero deixar  
 400 aqui é o seguinte, eu fico tranquila, eu estive no empreendimento, falei com a comunidade,  
 401 estou tranquila de estar fazendo aqui o meu papel de trazer para os senhores e senhoras  
 402 conselheiras que o problema existe, além disso, no parecer não consta todo aquele estoque de  
 403 fertilizantes que está no pátio da empresa, coberto de lona como está na foto. Ficando claro eu  
 404 fico tranquila, a AMEDI aqui adiantando como no parecer o voto, nós opinamos pela  
 405 aprovação do empreendimento desde que haja condicionante de um filtro a altura, e eu aqui  
 406 até retiro a questão do filtro de manga conforme a fala do técnico da SUPRAM que poderia  
 407 ser um outro tipo de filtro, desde que seja um filtro eficiente que tire esse peso que está tendo  
 408 para essa comunidade no entorno. Do contrário, caso não haja aprovação da condicionante  
 409 para que haja um filtro eficiente, o voto da AMEDI é contra o empreendimento.AMILTON  
 410 (SUPRAM) – Posso fazer uma ponderação? Só na sua última fala, a respeito do depósito de  
 411 fertilizantes dentro do empreendimento. Quando a gente foi lá, não tinha aqueles adubos,  
 412 aqueles fertilizantes que a senhora colocou na foto lá não. Não, eu estou dizendo o seguinte, a  
 413 senhora está reclamando que o parecer não está completo, está faltando informação. Eu estou  
 414 dizendo para senhora que quando eu estive lá no empreendimento, não tinha depósito



415 temporário de adubo, liguei lá depois das fotos da senhora, e eles falaram que houve uma  
 416 demanda crescente dos cooperados, não estava cabendo na loja agropecuária colocou lá.  
 417 Aquilo lá está errado, ele não pode manter fertilizantes daquela forma que está lá, agora a  
 418 forma como está não vai causar impacto ambiental e nem contaminação ambiental, agora vai  
 419 causar problema na qualidade do produto. A cooperativa tem que retirar aquilo de lá, aquilo lá  
 420 está errado. JOSE ROBERTO (SUPRAM) - Então a questão pode colocar a condicionante,  
 421 retirar o fertilizante de imediato. A questão também que a conselheira Nathalia perguntou, a  
 422 questão de solução, a SUPRAM, vou responder a conselheira, quem tem que dar a solução é o  
 423 projetista, a questão que foi apresentada do direcionamento da água que a senhora falou, ela  
 424 falou que era para fertirrigação, se está indo para pluvial está errado teria então que interligar  
 425 a rede coletora de esgoto, Patrocínio tem uma estação de tratamento de esgoto, na época do  
 426 licenciamento estava funcionando muito bem, hoje a gente não tem muito os dados lá da  
 427 Prefeitura, mas é o seguinte, é uma estação muito bem projetada, se bem operada, isso os  
 428 órgãos estão fiscalizando. Então a solução que a senhora perguntou seria que se tiver no  
 429 parecer ou no estudo foi falado que é para fertirrigação, a senhora falou que vai para pluvial,  
 430 então quer dizer não está batendo, a conselheira Nathalia falou assim: qual a solução?  
 431 Interligar a rede coletora. A questão de esgoto se isso ai vai gerar. A questão de odor, outra  
 432 questão, certo? Se tirar aquela palha que fica o pó que a senhora falou, que são partículas de  
 433 vários tamanhos por isso tem que ter o projeto de acordo com dimensionamento das  
 434 partículas. Então é o seguinte, se fica molhada e com sol isso vai fermentar e dar odor, então  
 435 depende também o que? Da logística da empresa também em fazer isso, só que, nós da equipe  
 436 vamos nos estudos apresentados, se não está operando corretamente, o sistema de controle  
 437 não sendo trocado da maneira que foi projetado, então ai já é uma questão realmente da  
 438 empresa. A questão de eficiência de sistema, engenheiro, tem soluções que são temporárias  
 439 que se tornam permanentes e são eficientes, agora isso quem pode garantir realmente é o  
 440 projetista. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, então senhores conselheiros, só um minutinho.  
 441 Então tem a sugestão de condicionante pela SUPRAM de retirar os fertilizantes, eu gostaria  
 442 que vocês fizessem a redação para a gente colocar o processo em votação. Tem um  
 443 conselheiro da polícia o Sgto. Augusto que gostaria de se manifestar e tem uma pessoa  
 444 inscrita. Então eu gostaria de primeiro ouvir o conselheiro Augusto e depois a gente houve a  
 445 empresa se houver mais alguma dúvida. CARLOS AUGUSTO (POLÍCIA MILITAR DE  
 446 MINAS GERAIS) – Bom dia a todos, eu estive vendo na leitura aqui, o processo lá é  
 447 utilizado lenha de eucalipto, e nesse processo todo aqui está faltando constar se o  
 448 empreendimento possui registro junto ao IEF para consumir a madeira. AMILTON  
 449 (SUPRAM) – Está no parecer conselheiro, está até o número do registro do IEF, estão as  
 450 notas fiscais anexadas ao processo que é lenha proveniente de eucalipto. CARLOS  
 451 AUGUSTO (POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS) – Eu vi que está falando da nota  
 452 fiscal. AMILTON (SUPRAM) – Está o número dele, e se o senhor pegar o processo o senhor  
 453 vai ver lá que tem o registro. CARLOS AUGUSTO (POLÍCIA MILITAR DE MINAS  
 454 GERAIS) – no processo? Porque aqui não consta. AMILTON (SUPRAM) – No processo,  
 455 mas ai no parecer está citado que tem o registro de consumidor de lenha junto ao IEF, tem um  
 456 número ai, mas agora a questão dele estar em dia com esse documento é questão da  
 457 fiscalização, ele tem que renovar ele anualmente. SILVIA (PRESIDENTE) – Sr. conselheiro  
 458 está registrado na pagina três, informando o numero do registro que é o 50035-5 emitido pelo  
 459 IEF. Mas alguma dúvida sr. conselheiro? Ok, então vamos ouvir a consultora. Três minutos  
 460 tá? NAZARA (CONSULTORA) - Não preciso disso. É só um esclarecimento para



461 conselheira Vanda, conselheira, a questão da proprietária do empreendimento da CASEMG,  
462 ela usa o filtro de manga porque a atividade dela é café também, armazenamento de café, para  
463 milho não, tá? É só um esclarecimento para ela. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, então vamos  
464 chamar a Sra. Carolina Martini, cinco minutos. CAROLINA MARTINI (REPRESENTANTE  
465 DA AMBIENTE EDUCAÇÃO INTERATIVA) - Sou secretária executiva e sócia-fundadora  
466 da ONG, ajudo nos relatórios para as questões de votação que realizados pelo COPAM.  
467 Primeiro gostaria de cumprimentar a mesa, estou voltando do exterior tem poucos dias a gente  
468 aprende muito lá fora com a questão do meio ambiente, como as pessoas estão cuidando dos  
469 rios, das matas e de tudo. Eu cheguei aqui no Triângulo com uma preocupação muito grande,  
470 justamente por ver uma situação na qual o próprio Estado não assume uma responsabilidade  
471 fidedigna, não fidedigna, uma responsabilidade cabal, objetiva em relação aos  
472 empreendimentos que são licenciados, repassando essas responsabilidades para o próprio  
473 empreendedor. Tudo bem a gente tem todo um sistema que a gente tenta implementar no  
474 Brasil, mas a gente tem que rever um pouco isso, porque essas responsabilidades uma hora  
475 vão vir a tona e a gente precisa de realmente estar trabalhando em conjunto. Bom, em relação  
476 ao empreendimento da cooperativa de Patrocínio, que eu tenho a dizer que eu também  
477 participei da visita, basicamente o processo da cooperativa tem algumas falhas, alguns  
478 buracos digamos assim, em relação a legislação ambiental que eu vou expor rapidamente para  
479 não tomar muito tempo. Basicamente, as entrevistas que eu fiz não puderam ser mostradas no  
480 telão agora, mas os problemas basicamente são o pó, que tem afetado toda uma vizinhança,  
481 não são uma ou duas famílias, é toda uma vizinhança, pessoas que moram no fim da rua estão  
482 com criança com Bronquite, pessoas com sérios problemas em função disso, respiratórios,  
483 pessoas saindo das escolas, pessoas largando suas casas. Quando a gente fala de meio  
484 ambiente a gente está falando de pessoas, a gente fala de legalidade também, porque a gente  
485 está aqui para isso. Então, o problema do pó é um problema muito sério esse pó depois passa  
486 por uma aspersão e esse processo de aspersão libera uma quantidade razoável de água. Agora  
487 eu vou falar uma coisa muito séria aqui para mesa que eu acho assim, se a gente for respeitar  
488 a legislação ambiental não tem como a gente fugir que é em relação a primeira resolução 237,  
489 qualquer empreendimento impactante tem que ser fiscalizado, tem que obedecer a normativa  
490 do licenciamento, para o licenciamento ser feito. O laudo que consta no processo, ele foi feito  
491 no período que não era o período de operação do empreendimento, que ele tem o fator  
492 sazonalidade, esse laudo com data de fevereiro, que consta no próprio laudo que vocês vão  
493 ver no parecer que a AMEDI está apresentando, que esse laudo feito em fevereiro, no próprio  
494 laudo vocês vão ler ai no relatório. O próprio laudo descreve que está sendo feito essas  
495 medições que estão dentro do parâmetro, porém, essas medições foram feitas em um período  
496 que não tem como averiguar a certeza desses fatos para efeito do licenciamento que está  
497 sendo proposto. Ou seja, as medições não são satisfatórias, então elas não cumprem sequer a  
498 resolução número cinco do CONAMA, em relação a questão da administração da poluição  
499 atmosférica. Então isso já invalida por si só a questão de uma liberação de licença em  
500 conformidade com a legislação em vigor. Agora a outra questão seria os efluentes líquidos,  
501 esse processo de aspersão libera uma quantidade de líquido que está indo bem ao lado do  
502 empreendimento, esse líquido, fica a céu aberto no período de operação conforme as  
503 testemunhas ouvidas num vídeo que vai ser colecionado ao parecer que está sendo entregue  
504 pela AMEDI aos conselheiros. O terceiro fator mais importante que a gente verificou, afora a  
505 questão do pó e do efluente líquido que está gerando um desequilíbrio de população de  
506 insetos afetando famílias, inclusive com a questão da saúde, é a questão do barulho agora.



507 Isso já entra em questões muito mais complicadas por nos já sabermos que Patrocínio tem um  
 508 problema muito serio em relação ao uso e ocupação do solo, de modo que a gente também  
 509 sugere como condicionante do parecer da AMEDI, que a empresa não opere 24/24, em  
 510 respeito a lei do silêncio que certamente Minas Gerais opera com suas especiais  
 511 características. SILVIA (PRESIDENTE) – Carolina, finaliza, por favor. CAROLINA – Então  
 512 é isso gente, eu estive no empreendimento gostaria de estar contribuindo com essa discussão  
 513 no sentido de demonstrar que o laudo foi realizado num período que não era período de safra,  
 514 então isso realmente é muito sério, de modo que o parecer da SUPRAM, os técnicos estejam  
 515 baseando na questão do que está sendo apresentado pelo empreendedor, fica bastante vazia  
 516 em vista da legislação e do sistema nacional de meio ambiente. Obrigada. KAMILA  
 517 (SUPRAM) - Só para fazer um esclarecimento a respeito do laudo de ruído, para dizer que no  
 518 parecer está falando que a empresa deverá fazer o monitoramento e os parâmetros auferidos  
 519 deverão estar dentro dos limites determinado pela lei. Então para dizer que de fato tem um  
 520 laudo em um período, mas o que agente pede é que seja feito o monitoramento e a adequação  
 521 conforme a legislação. SILVIA (PRESIDENTE) – Do período maior de trabalho deles. NÃO  
 522 SE IDENTIFICOU – Sra. presidente, eu gostaria de fazer uma fala pequena no sentido que a  
 523 AMEDI é uma organização ambientalista que não se mete em questões políticas partidárias,  
 524 então qualquer pessoa que chegar aqui e falar que tem problema no processo, eu vou olhar  
 525 independente de ser candidato ou não. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, conselheira. Então  
 526 senhores conselheiros tem essa previsão do automonitoramento do controle dos ruídos, e esse  
 527 prazo está anual sugerido pela SUPRAM. Vocês concordam com esse prazo anual ou gostaria  
 528 que reduzisse. NÃO SE IDENTIFICOU – O que eles disseram é que começa mais firme em  
 529 março. Março, abril, maio e junho são os quatro meses mais importantes, mas isso se estende  
 530 por um período de sete meses que depois vai abrandando, e mesmo após esses sete meses de  
 531 trabalho, ela ainda opera em algumas ocasiões.AMILTON (SUPRAM) – Conselheira, ela  
 532 falou que foi feito o laudo em condições de não de pico de trânsito de veículos. Agora o  
 533 PPRA é relação trabalhista, mas o que eu estou querendo dizer é que não estava vindo  
 534 produto do campo para o armazém, mais estava saindo produto do armazém para os clientes,  
 535 para os associados. VANDA (AMEDI) – Pelo que eu entendi a poeira é o problema maior, é o  
 536 seguinte, os caminhões chegam dentro do galpão para poder despejar os grãos, e o que a  
 537 SUPRAM pede, e eu acho que está totalmente correto, é a questão de ficar com os portões  
 538 fechados para aquela poeira não sair, porque ali não tem filtro, seria só a pessoa que está  
 539 operando que usuária o equipamento adequado. Eles estão operando com os portões abertos,  
 540 então a poeira maior é quando faz a limpeza do milho, depois que ele está limpo e dentro do  
 541 galpão e sai de lá, ai já não tem tanto problema, o problema é realmente quando chega, como  
 542 o colega conselheiro disse sendo o período da safra mesmo. CARLOS VALERA (PGJ) –  
 543 Bom dia a todos, preciso que nós entendamos bem as instâncias que nós estamos discutindo.  
 544 Eu antes da reunião fui procurado pelo advogado da empresa, e essa questão já foi  
 545 judicializada. Existe uma ação civil pública na comarca de Patrocínio, segundo informações  
 546 do advogado, houve um pedido de liminar, esse pedido de liminar restou negado e na  
 547 tramitação da ação chegou a uma composição que a solução seria o encaminhamento para o  
 548 licenciamento, que é o que nós estamos aqui decidindo. Então muito bem, é preciso entender  
 549 Vanda, eu tentei explicar isso na reunião passada, mas eu vou voltar a esse tema. Nós aqui  
 550 estamos discutindo questão ambiental, questão ambiental está positivada numa premissa de  
 551 comando e controle, a norma prevê o padrão, o empreendedor contrata um técnico com  
 552 anotação de responsabilidade técnica e submete esse estudo a análise dos nossos técnicos da



553 SUPRAM. Nesse contexto e pelo que eu vi e li do processo, não há dificuldade, os padrões  
 554 apresentados estão dentro, a empresa apresentou seu projeto com ART e os técnicos fizeram  
 555 seu trabalho. Questões pequenas na operação, na sua diligência, já vai ser recomendado e já  
 556 vai ser resolvido. Me parece, que tudo está repousando na questão do monitoramento, então  
 557 eu acho que nós poderíamos avançar a discussão que já vai para mais de uma hora, no sentido  
 558 de pegar mais condicionantes do monitoramento do anexo 3, e revisar as condicionantes e os  
 559 prazos. Eu acho que ai nós vamos chegar a uma composição. E lembrando sempre, o  
 560 problema desses empreendimentos é culpa de gestão do poder público, principalmente do  
 561 poder público municipal, que autoriza distrito industrial e depois permite que os bairros vão  
 562 chegando próximos a esses empreendimentos, sem respeitar as zonas de amortecimento. É um  
 563 grande problema que nós temos, nós estamos licenciando os distritos industriais de Uberaba, e  
 564 o DI 1 que é um caso emblemático, que é onde está localizado a Duratex, tem um condômino  
 565 a portaria da empresa. Então é claro que vai ter problema, porque nós temos que respeitar essa  
 566 zona de amortecimento. Bom, mas como o poder público municipal não fez seu dever, nós  
 567 podemos atuar aqui na questão da mitigação, lembrado sempre que para nós na questão  
 568 ambiental, impõe o sistema de comando e controle. Poluição todo empreendimento possui,  
 569 alias, poluição todo ser humano produz, agora é óbvio que há um padrão fixado na norma. Me  
 570 parece, eu já disse isso na reunião passada, que talvez a melhor solução seja buscar o direito  
 571 de vizinhança, aonde eu não discuto os descumprimentos dos parâmetros ambientais, mas eu  
 572 discuto o desassossego da comunidade. Então talvez seja esse o encaminhamento das pessoas  
 573 que se sentem prejudicadas constituam um advogado, e vão buscar no judiciário de  
 574 Patrocínio, a solução para o direito de vizinhança, porque a questão ambiental da forma que  
 575 ela estáposta, ela atende a legislação. NÃO SE IDENTIFICOU – Respeito à posição do nobre  
 576 conselheiro, mas não posso concordar com ela, por quê? Porque em termos de instância, nós  
 577 estamos em um momento onde nós temos que exigir do empreendedor que ele... CARLOS  
 578 VALERA (PGJ) – Só uma parte Vanda, para ficar claro, nós só podemos exigir o que está na  
 579 lei. Pronto. VANDA (AMEDI) – Não é mais do que está na lei, ou seja, a lei já fala que entre  
 580 as 10 da noite e as 6 da manhã eu não posso incomodar meus vizinhos, e isso está sendo  
 581 incomodado, e isso é uma coisa que o empreendimento, o momento de operação dele, isso  
 582 está dentro de processo de licenciamento dele, ele vai operar que horas? Vai operar de dia, vai  
 583 operar a noite, isso faz parte da operação do empreendimento. CARLO VALERA (PGJ) –  
 584 Vanda, só uma parte, a lei não fala que eu não posso operar, a lei fala que eu posso operar no  
 585 distrito industrial gerando no máximo 70 decibéis, em nenhum momento na lei, a lei não diz  
 586 que eu não posso operar a noite, a lei diz que eu posso operar de noite desde que eu respeite o  
 587 limite. No caso do distrito industrial 70 decibéis. SILVIA (PRESIDENETE) – Conselheira,  
 588 em relação também a isso, tem dentro do processo declaração do município, tem um alvará de  
 589 funcionamento emitido pelo município que é o responsável por definir localização. Então nós  
 590 não devemos entrar nesse mérito aqui. VANDA (AMEDI) – Eu quero concluir porque eu  
 591 discordo, porque nós estamos em um momento que nós detectamos um problema no  
 592 empreendimento, e nós temos como mitigar esses problemas e resolver boa parte dessas  
 593 questões. Se a comunidade chega e diz que o barulho noturno está acima por causa do  
 594 empreendimento, isso tem a ver com a licença ambiental. Se a população chega e diz olha, o  
 595 empreendimento está emitindo muito mais partículas que a lei ambiental permite, isso tem a  
 596 ver com licenciamento ambiental. Então por mais que ela tenha outra instância para recorrer  
 597 essas questões civis, como recorreu, então eu acho que nossa proposta aqui é ver o que a  
 598 gente pode liberar para que amenize o problema dessa sociedade que está sofrendo. SILVIA



599 (PRESIDENTE) – Então conselheira, neste momento nos vamos ouvir a equipe da SUPRAM,  
 600 a equipe técnica vai se manifestar sobre a revisão das condicionantes do automonitoramento  
 601 conforme sugestão do Dr. Valera e depois disso a gente coloca o processo em votação.  
 602 KAMILA (SUPRAM) - Então o parecer vai constar mais duas condicionantes. A primeira:  
 603 “Comprovar a retirada dos fertilizantes existentes no pátio do empreendimento no prazo de 30  
 604 dias”. A quinta condicionante: “Instalar raivol a montante e a jusante do empreendimento  
 605 num prazo de seis meses”. No item 3 (três) de ruído a freqüência para monitoramento vai ser  
 606 trimestral. A gente acresce o item 5.0 que é da qualidade do ar. JOSE ROBERTO (SUPRAM)  
 607 - Item 5 – Qualidade do ar: “Enviar relatório técnico conclusivo a SUPRAM TMAP até dia  
 608 20 do mês subsequente com ART do responsável pela emissão do relatório, com parâmetro de  
 609 PTS (Partículas Totais e Suspensão). SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, então podemos colocar  
 610 em votação? JOSE ROBERTO (SUPRAM) – Conforme CONAMA 03\90. NÃO SE  
 611 IDENTIFICOU – Eu quero fazer uma retificação no parecer, que a condicionante eu não  
 612 quero denominar o filtro ta? Eu não quero denominar o filtro, então na condicionante que a  
 613 AMEDI propõe, é que tenha um sistema de filtragem eficiente. SILVIA (PRESIDENTE) –  
 614 Conselheira Vanda, então remete a mesma condicionante da SUPRAM que é do  
 615 automonitoramento, porque quando ele faz o automonitoramento, ele tem como provar a sua  
 616 eficiência. Mas então a gente coloca em votação o parecer da SUPRAM com essas alterações  
 617 e a inclusão dessas duas condicionantes e votamos a condicionante da conselheira, ok? Então  
 618 neste momento em votação o parecer da SUPRAM com as modificações apresentadas pela  
 619 Kamila e pelo José Roberto. Os senhores conselheiros que concordarem com parecer  
 620 permaneçam como estão ou manifeste voto contrário. VANDA (AMEDI) – Contra. Então  
 621 parecer aprovado, com voto contra da conselheira Vanda (AMEDI). Neste momento nós  
 622 colocamos em votação a condicionante da conselheira Vanda. Os senhores conselheiros que  
 623 concordarem permaneçam como estão ou manifeste voto contrário a condicionante. THIAGO  
 624 (FIEMG) - Voto contra, porque a condicionante que já está dentro do automonitoramento  
 625 torna-se vazia. CARLOS VALERA (PGJ) – Assim, só para esclarecer Vanda, já há o sistema  
 626 de filtragem e a SUPRAM, baseada em estudos técnicos diz que esse sistema é eficiente. Nós  
 627 melhoramos o automonitoramento, então assim nesse caso específico, eu acho que a  
 628 condicionante não deve prevalecer e eu também voto contra. PATRICIA (SETOP) – Voto  
 629 contra, também considerando desnecessário já que no parecer está contemplando essa  
 630 questão. DORA (PN3) – Voto contra, por também achar desnecessário. RAQUEL ROCHA  
 631 (PREFEITURA DE UBERLÂNDIA) – Voto contra. NATAL (CEFET) – Contra pelos  
 632 motivos já apresentados. SGTO. AUGUSTO (POLICIA MILITAR) – Voto contra também.  
 633 ELAINE (FAEMG) – Voto contra, pelos mesmos razões já apresentadas por constar no  
 634 automonitoramento. REGINALDO (UFU) – Voto contra também, que já foi colocado  
 635 também no automonitoramento. SILVIA (PRESIDENTE) – Então a condicionante não foi  
 636 aprovada, e permanece as condicionantes sugeridas pela SUPRAM no parecer. SILVIA  
 637 (PRESIDENTE) – Vamos colocar em discussão o item 6.1 – Petra Energia S.A – com  
 638 destaque para conselheira Vanda (AMEDI), posteriormente para Nathalia (OPA) e para o  
 639 sargento da polícia. SGTO AUGUSTO (POLICIA MILITAR DE MINAS GERAIS) – Eu  
 640 retiro o destaque. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, retirado o destaque então. NÃO SE  
 641 IDENTIFICOU – Eu me lembro que tinha um representante de minerado do COPAM, parece  
 642 que alguém do DNPM. SILVIA (PRESIDENTE) – É o conselheiro José Carlos (DNPM), mas  
 643 ele não está presente no momento. NÃO SE IDENTIFICOU – Que pena, porque ele seria  
 644 importante num momento desse. Eu pedi também a palavra pelo seguinte, enquanto



645 conselheira eu tento entender um pouquinho de cada questão. Essa questão de perfuração de  
 646 poços, eu tenho um ex-marido que é engenheiro de petróleo, e realmente causa muitas  
 647 confusões essas perfurações, principalmente pelo seguinte, quando eu vou fazer uma  
 648 perfuração é uma coisa, quando eu vou fazer mais de uma a coisa muda muito. Então uma  
 649 coisa que eu senti falta neste estudo, por exemplo, vai fazer um teste, suponhamos que este  
 650 teste não de em nada, quantos testes essa empresa vai fazer para ela desistir, ou se fizer um  
 651 teste e der certo quantos poços ela vai perfurar? Qual é o estudo que foi feito para ela me  
 652 dizer, se der certo eu vou perfurar 10, 15 ou 20 poços. Então como que a gente aprova um  
 653 empreendimento de perfuração, que é uma perfuração significativa, perfuração de gás, sem ter  
 654 essa informação. Eu confesso que eu estou insegura e gostaria de ouvir o dono da empresa, os  
 655 técnicos que elaboraram o relatório, e também a qualificação desses técnicos. Porque agente  
 656 sabe que tem técnicos na SUPRAM que uns tem uma formação X outros tem uma formação  
 657 Y, que para fazer esse tipo de trabalho no meu pensamento exigiria um conhecimento bem  
 658 mais apurado nesse quesito. SILVIA (PRESIDENTE) – Conselheira Vanda, eu gostaria de  
 659 pedir para senhora que quando a senhora for se manifestar, que a senhora se identificasse  
 660 porque se não no momento de fazer a transcrição da ata fica complicado. VANDA (AMEDI)  
 661 – Eu peço desculpas, e aqui até dou uma sugestão, ao invés do conselheiro falar Vanda  
 662 (AMEDI), a própria presidente falar com palavra conselheira Vanda, com palavra conselheiro  
 663 fulano, com palavra conselheiro sicrano, porque assim ficaria mais fácil, eu esqueço, eu peço  
 664 desculpas, mas eu esqueço, entendeu? Me lembra então por favor. SILVIA (PRESIDENTE) –  
 665 Ok, conselheiro. Nathalia (OPA). NATHALIA (OPA) – Bom eu queria pedir, que no  
 666 momento que for relatar o PCA, os programas propostos pelo PCA, relatar mais as ações tipo,  
 667 programa de recursos hídricos, quais são as ações que a empresa vai fazer? Porque a gente  
 668 pode propor alguma coisa que já está no documento. Segunda coisa que eu queria verificar a  
 669 viabilidade com a equipe da SUPRAM, é a instalação de um Piezômetro, 30 dias antes do  
 670 inicio das atividades para o monitoramento da qualidade da água, visto que já foi colocado no  
 671 parecer a possibilidade de contaminação dessa água. E também a questão do nível freático.  
 672 SILVIA (PRESIDENTE) – Mais algum questionamento senhores conselheiros, para que a  
 673 gente possa ouvir a equipe da SUPRAM uma única vez? Então, equipe da SUPRAM.  
 674 ANDERSON (SUPRAM) – Primeiro a conselheira Vanda, com relação a quantidade de  
 675 poços perfurados. Cada poço perfurado conforme a DN74, é um processo de licenciamento,  
 676 então independente se for a 10 ou 15, vão ser 10 ou 15 processos de licenciamentos  
 677 separados. Não infringe nada a legislação. VANDA (AMEDI) - Eu sei e isso está até no  
 678 parecer, está bem claro no parecer, só que, como eu vou pensar em uma região com 10, 15, 20  
 679 poços, o quê que isso vai acontecer para região? Qual prejuízo isso vai trazer? Porque um só  
 680 trás um determinado prejuízo, essa avaliação ainda, é uma coisa que eu digo o seguinte, ainda  
 681 que seja análises individuais, eu tenho que visualizar o todo, essa empresa X está neste  
 682 momento nesta localidade, com a intenção de perfurar tantos poços. Esse aqui é do poço  
 683 número um, então em razão do motivo que ela vai perfurar tantos poços, nós já temos que  
 684 ficar atentos porque o impacto vai ser diferente do que se fosse para um só. ANDERSON  
 685 (SUPRAM) – Não tem como a empresa definir isto, o representante do empreendedor está ai,  
 686 porque ainda eles estão fazendo estudos sismológicos para verificar a perfuração de poços,  
 687 então não está definido isso, eles estão fazendo estudos até hoje. SILVIA (PRESIDENTE) –  
 688 Já que ainda existe dúvida da conselheira, vamos ouvir o representante da empresa.  
 689 FRANKLIN (Representante da empresa Petra) – Bom dia a todos. Conselheira Vanda, sua  
 690 dúvida é plausível, uma vez que a gente vai ter que fazer dois processos de licenciamento. A



691 princípio não tem como te responder quantos poços vão ser perfurados se eu não perfurar o  
 692 primeiro, a partir deste eu vou fazer um estudo de viabilidade no campo conhecendo a  
 693 geologia que não é conhecida, conhecendo a quantidade de gás que esse poço vai me dar , e  
 694 os testes que nós vamos executar. Passado esse primeiro poço, a gente volta na área com  
 695 estudo sísmico já foi feito anteriormente, volta com estudo de sísmico na região, que é a  
 696 geofísica que vai nos definir aonde vamos furar mais um poço próximo a este, caso ele seja  
 697 viável. A gente vai encontrar uma área, perfurar mais um poço, e tentar definir a partir desse  
 698 poço a quantidade de gás que temos na região. Se houver necessidade de outro poço, o  
 699 reservatório ainda não está definido, a gente vem com licenciamento e fura outro, claro que a  
 700 gente vai avaliando todo impacto na região. Definiu o campo de gás, a nosso campo e de gás  
 701 está a tanto quilômetros, metro quadrados, então agora nós vamos fazer o que? Fazer a  
 702 exploração do gás. Quantos poços nós vamos precisar perfurar para esse gás? A nós vamos  
 703 precisar de mais 50 poços, vamos supor, é muito, vamos supor 10 poços, então entra com  
 704 processo de licenciamento passível de EIA/RIMA. Então a gente vai fazer um EIA/RIMA,  
 705 todos os levantamentos possíveis, tudo que for necessário pré-balcão com a equipe técnica da  
 706 SUPRAM e definir tudo que tem que ser feito, ai sim, passar os impactos como um todo do  
 707 empreendimento, juntamente com empreendimento que a gente vá provavelmente instalar,  
 708 por exemplo; fabricação de amônia, o que o gás for viável utilizar. VANDA (AMEDI) –  
 709 Obrigada. Eu queria perguntar aos técnicos da SUPRAM, se a gente colocasse uma  
 710 condicionante de tal forma que o próximo poço, já fosse feito na análise integrado ao  
 711 primeiro, se tivesse um terceiro que fosse integrado ao primeiro e ao segundo. Se seria  
 712 possível a gente fazer dessa forma, para que quando tivesse nos próximos poços, a gente ver o  
 713 impacto que isso vai dando. Porque pelo que ele falou, esses estudos, eles podem demorar, se  
 714 demorar muito, até chegar ao ponto de ter que ter um EIA\RIMA, e esses impactos não foram  
 715 pensados, já se furou o segundo, o terceiro. É um questionamento, é uma dúvida que eu peço  
 716 ajuda dos colegas conselheiros, pois afinal de contas a gente está aqui para ajudar um ao  
 717 outro, se a gente ficar por conta de as vezes negar uma idéia ou apoiar uma ideia a gente  
 718 contribui pouco no processo. SILVIA (PRESIDENTE) – Conselheira, eu vou sugerir também  
 719 a equipe da SUPRAM que no caso da conselheira Vanda, que vocês façam contato com ela  
 720 previamente as reuniões do COPAM, pois, caso ela estiver dúvidas vocês possam esclarecer  
 721 algumas dúvidas antes, para a gente não estar trazendo todas essas discussões para reunião.  
 722 Porque são dúvidas só dela, então eu acho que seria interessante dar esse apoio para ela, pois  
 723 nós, enquanto órgão ambiental, temos que dar apoio técnico administrativo e jurídico aos  
 724 conselheiros. ANDERSON (SUPRAM) - Nós estamos sempre de portas abertas aos  
 725 conselheiros. Tem conselheiro que já toma essa atitude e nos procura antes, as duvidas que a  
 726 Nathalia tem ela sempre encaminha para a gente por e-mail antes, e a gente está sempre aberto  
 727 a discutir isso ai a qualquer momento. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, muito obrigada  
 728 Anderson. Esclarecidas todas suas dúvidas, conselheira Vanda? VANDA (AMEDI) – Bom,  
 729 até o momento sim, e eu queria que os colegas, principalmente o representante do Ministério  
 730 Público, pudesse fazer uma fala nesse sentido e o representante da OPA também, eu gostaria  
 731 de ouvir. CARLOS VALERA (PGJ) – Vanda, é simples para entender, o que eles estão  
 732 fazendo agora é a prospecção, tem um procedimento previsto na DN. No segundo momento,  
 733 na exploração, a prospecção, vou usar uma linguagem do minério, cria-se a poligonal de  
 734 exploração, ai o licenciamento é integrado, é amarrado isso na legislação. Então, pode ficar  
 735 desocupada, que a prevenção e a precaução estão presentes nessa situação, tanto é que  
 736 você observa que esse empreendimento classe três, e eventualmente quando vai fazer



737 exploração isso pula para um seis ou cinco, ai é sujeito a EIA\RIMA e toda aquela área de  
 738 influência direta e influência indireta é avaliada. VANDA (AMEDI) – Ainda pergunto para o  
 739 representante do empreendedor porque trata-se de um arrendamento de um pedaço de terra.  
 740 Então, no parecer da SUPRAM, eles cobraram isso e realmente a empresa está assumindo a  
 741 responsabilidade, com relação ao reflorestamento, recomposição do poço, fechamento aquilo  
 742 tudo. Então eu só queria, para que ficasse gravado no áudio, porque isso todo mundo sabe não  
 743 é uma dúvida, é que realmente no contrato de arrendamento nada foi colocado como  
 744 responsabilidade do proprietário da terra. Porque nós sabemos na nossa legislação, que o  
 745 proprietário é co-responsável por tudo que ocorre. Então só para que ficasse isso nos nossos  
 746 áudios, que realmente a responsabilidade está sendo toda assumida pela empresa, e nada foi  
 747 fechado ao contrário com o proprietário da terra. FRANKLIN (Representante Petra) – Muito  
 748 pelo contrário, o proprietário da terra varias vezes nem busca o site, nem corre atrás do  
 749 parecer, a gente explica para ele o que está sendo feito, como que é o processo de  
 750 regularização, mostra para ele as condicionantes, e explica para ele que a gente tem que cercar  
 751 a reserva legal, que a gente tem que executar um PTRF com plantio e com reconstituição  
 752 natural. Outra coisa, a gente tem procurado na medida do possível, propriedades sem reserva  
 753 legal para a gente averbar, nomeada a mudança do código florestal, são varias propriedades,  
 754 eu estou aqui em Uberlândia para poder correr atrás de assinatura e reconhecimento de firma  
 755 em cartório, para poder averbar as reservas que a gente já vem trabalhando a averbação das  
 756 propriedades. VANDA (AMEDI) - Responsabilidade de averbação é da empresa?  
 757 FRANKLIN (Representante Petra) – Responsabilidade de reserva e do que está no parecer  
 758 sim. VANDA (AMEDI) – Recomposição, tudo com parecer. Obrigada. SILVIA  
 759 (PRESIDENTE) – Então podemos colocar em votação o parecer da Supram? FRANNKLIN  
 760 (Representante Petra) – Eu posso responder? Nathalia é o seguinte, a questão do aquífero não  
 761 é? Sua preocupação é com o aquífero. Então, o aquífero a gente atinge ele ai uma  
 762 profundidade máxima 200 metros, 100 metros, depende da geologia da região. Faz-se uma  
 763 perfuração com uma sonda menor, não há sonda definitiva que vai atingir a profundidade  
 764 máxima de 4 mil metros, então a gente faz uma sonda menor, passa o aquífero e faz a  
 765 cimentação desse aquífero, faz a cimentação do poço, não do aquífero, desculpa, faz a  
 766 cimentação do poço com revestimento metálico e faz a cimentação anular no espaço entre o  
 767 metal e a parede do poço. Então a gente cimenta a possibilidade da água entrar, para dentro do  
 768 poço, mesmo porque se a gente tiver água dentro do poço a gente pode causar um problema  
 769 muito grande, que é a alteração do nosso fluido de perfuração, que ele é primordial para que  
 770 não tenha um problema maior de segurança na área caso constate o gás. Então se a gente  
 771 instalar um poço de monitoramento, e a mesma coisa de a gente instalar um poço de  
 772 monitoramento por um poço tubular de água comum que qualquer pessoa utiliza hoje na  
 773 região que é outorgado diariamente. A gente vai fazer um poço para constatar o que tem na  
 774 região e depois a gente vai fazer novamente a análise para constatar o que tem na região.  
 775 Então é um ônus a mais para a empresa, eu peço aqui encarecidamente para não colocar essa  
 776 condicionante, porque não tem finalidade nenhuma a gente fazer essa análise da água lá.  
 777 Mesmo porque se o nosso fluido de perfuração inicial, que é o que vai ter contato com  
 778 aquífero, base de água entrar em contato com a água não vai ter tempo nem de ter uma pluma  
 779 de contaminação para a gente localizar ele, porque a transmissividade no meio subterrâneo é  
 780 lenta. NATHALIA (OPA) – Então teria como fazer essa análise pelo poço já aberto, desculpa,  
 781 no caso não vai ter como porque não vai ter contato com a água. FRANKLIN (Representante  
 782 Petra) – Não da, porque a gente vai ter um contato da água com fluido, e a gente tem que



783 cimentar rápido, a cimentação é rápida porque o cimento tem um aditivo de cimentação.  
 784 NATHALIA (OPA) – Eu entendo sua justificativa Franklin, mais eu mantendo a minha  
 785 condicionante, visto que no parecer relata uma série de impossíveis impactos para essa  
 786 perfuração, eu entendo que a Petra apresentou nos projetos todos os possíveis cuidados para  
 787 que não haja essa contaminação com a cimentação, coloca uma estrutura de aço, se não estou  
 788 enganada, tem todos esses cuidados. Mas eu acredito que mesmo assim, se possível inserir  
 789 essa condicionante para a gente poder estar monitorando se esses possíveis impactos  
 790 realmente não foram ocorridos. ANDERSON (SUPRAM) – Só lembrando, se você instalar  
 791 dois piezômetros, está abrindo mais dois canais que poderão contaminar o lençol, mais dois  
 792 canais no aquífero. SILVIA (PRESIDENTE) – Conselheira Nathalia. NATHALIA (OPA) –  
 793 Bom, então eu queria então perguntar a SUPRAM: Vocês acham que seria mais prejudicial a  
 794 instalação do piezômetro para esse monitoramento? ANDERSON (SUPRAM) - A opinião da  
 795 equipe técnica é mais prejudicial ao meio ambiente, você perfurar dois poços para monitorar  
 796 um poço. NATHALIA (OPA) – Ok, então eu vou retirar minha condicionante com base nos  
 797 argumentos apresentados pela equipe da SUPRAM. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, então  
 798 neste momento colocamos em votação o processo Petra Energia S.A, os senhores conselheiros  
 799 que concordarem com parecer da SUPRAM permaneçam como estão ou manifeste voto  
 800 contrário. Processo aprovado. Em discussão o item 6.2 - Carlos Alberto Peloi, com destaque  
 801 para conselheira Vanda (AMEDI), Nathalia (OPA) e Sgto. Augusto (Policia Militar).  
 802 Senhores conselheiros, eu gostaria de fazer um pedido, que cada conselheiro faça a  
 803 explanação de todos seus questionamentos para depois a gente ouvir a equipe de uma única  
 804 vez, para a gente tentar agilizar, porque nós já estamos demorando demais nas discussões.  
 805 NATHALIA (OPA) – É só sugerir na condicionante um, para colocar como monitoramento  
 806 de resíduos sólidos, adotar o modelo de planilha de monitoramento de resíduos sólidos,  
 807 modelo da SUPRAM, só acrescentar esse dado. SGTO. AUGUSTO (POLICIA MILITAR) –  
 808 Inicialmente diz que o acesso ao empreendimento é pela BR 365 quilometro 32 mais 700  
 809 metros. Eu posso falar com certeza sem conhecer o local que este endereço está errado, o Km  
 810 zero dessa rodovia é em Montes Claros, então eu só queria que fosse corrigido esse endereço,  
 811 e se possível coloque também o trecho, Uberlândia \ Prata, Uberlândia \ Patrocínio,  
 812 Uberlândia\ Ituiutaba. Porque Rio das Pedras é o nome de um córrego e ao lado dele tem  
 813 várias fazendas Rio da Pedra. Obrigado. VANDA (AMEDI) – Me sinto contemplada.  
 814 SILVIA (PRESIDENTE) – Mais algum questionamento senhores conselheiros? Equipe da  
 815 SUPRAM então.AMILTON (SUPRAM) – Concordo com o pedido da Nathalia. Sgto eu não  
 816 conheço a rodovia se está errado vamos arrumar, e aqui sentido Uberlândia\Ituiutaba, bem  
 817 próximo a Uberlândia, tem um negocio de pamonha ali do lado esquerdo, indo daqui para  
 818 Ituiutaba, é naquele lugar. Uns 15, 20 Km entra a esquerda, mas eu realmente não entendo de  
 819 rodovia, eu tirei esse dado do estudo que foi apresentado e possivelmente está errado e a gente  
 820 vai retificar. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, em votação este momento parecer da SUPRAM,  
 821 com alteração do anexo 2 conforme sugestão da conselheira Nathalia. KAMILA (SUPRAM)  
 822 – Amilton, a conselheira Nathalia sugeriu que na questão do monitoramento de resíduos  
 823 sólidos fosse adotado o quadro, que a gente sempre tem no anexo 3 de monitoramento. Esse  
 824 processo é L.P e L.I tem algum problema? AMILTON (SUPRAM) – Não tem nenhum  
 825 prejuízo, pode utilizar porque o quadro é completo, tem onde é gerado, a quantidade, para  
 826 onde ele vai, e o nome da empresa com CNPJ que está recebendo. Então senhores  
 827 conselheiros, em votação o parecer da SUPRAM com alteração do automonitoramento para  
 828 inclusão do anexo 3 conforme sugestão da conselheira Nathalia. Os senhores conselheiros que



829 concordarem com parecer permaneçam como estão ou manifeste voto contrário. Parecer  
 830 aprovado. Em discussão o item 7.1 – Curtume Boa Vista Ltda, com destaque para o  
 831 Ministério Público, Polícia Militar e Amedi. VANDA (AMEDI) – Bom, esse processo  
 832 realmente é bastante preocupante porque em Carmo do Paranaíba não tem estação de  
 833 tratamento, então eu acho que nos temos que ficar bem atento com essa questão. Uma coisa  
 834 que eu achei seríssima, porque vai ter cromo, acho que tem cromo, posso estar equivocada  
 835 mas se tem resíduo de cromo quem que vai tratar isso, porque me parece que isso vai para o  
 836 sistema de tratamento, se não tem sistema de tratamento como que fica? Então são questões  
 837 que me preocuparam bastante. No parecer da SUPRAM, fala da compensação, fala isso no  
 838 item 7 e 8 mas não fala aonde está essa área de compensação, eu também não sei onde está  
 839 essa área, ficou faltando no parecer. Por exemplo, a gente sofre aqui em Uberlândia, as vezes,  
 840 com a Sadia, a gente sabe que empreendimentos dessa natureza nós temos que preocupar  
 841 bastante com estudos dos ventos, para ver como isso vai atingir e isso também não foi  
 842 mencionado também no parecer da SUPRAM nos estudos de direções dos ventos. Isso está na  
 843 zona do município de Carmo do Paranaíba, tem a questão da lenha eu não sei se eu passei  
 844 batido ou se realmente não foi abordado no parecer, e eu anotei aqui certificado de registro de  
 845 consumidor, que seria a questão do consumidor da lenha. São coisas que eu não vi no  
 846 processo, a minha sugestão para esse processo, eu tenho duas sugestões: A primeira sugestão,  
 847 como são muitos problemas, se esse processo pudesse ser tirado de pauta para que a  
 848 SUPRAM pudesse fazer essas complementações com mais carinho, tentar buscar esses dados  
 849 para voltar na pauta seguinte. Esse é o primeiro ponto. CAMILA (SUPRAM) – Conselheira  
 850 Vanda, da medida compensatória para intervenção em APP, está escrito no parecer na página  
 851 sete, que vai ser dentro da área e de preferência contígua a APP, área de compensação. Sobre  
 852 o tratamento de efluente líquido, Carmo do Paranaíba está em construção de uma estação de  
 853 tratamento de esgoto, ainda não tem realmente. Esse empreendimento, já encontra-se em  
 854 operação com curtimento tanino vegetal, desde, deixa eu ver se eu tenho a data aqui, ele tem  
 855 uma AAF para essa atividade desde 2006 que foi emitida a AAF, e agora nós estamos fazendo  
 856 uma L.P mais L.I para implantação do curtimento ao cromo. A estação de tratamento de  
 857 efluentes já foi dimensionada para tratar os dois tipos de efluentes com tanino e com cromo,  
 858 sendo duas linhas separadas conforme descrito no parecer técnico na página 9 e 10. O  
 859 tratamento é um tratamento correto com lodos ativos, para tratar o efluente contaminado com  
 860 cromo, a eficiência do tratamento agente só poderá constatar após a execução da atividade,  
 861 mas conforme a ART apresentada, garante a eficiência do tratamento. JOSE ROBERTO  
 862 (SUPRAM) – Conselheira Vanda, em relação, eu até já conversei com conselheiro Natal  
 863 anteriormente a respeito de efluente. O sistema de tratamento que está descrito e o comumente  
 864 utilizado para curtume, então a questão da eficiência, segundo o projeto ele garante eficiência,  
 865 então não está dependendo da ETE do Carmo do Paranaíba. A questão é o que a senhora falou  
 866 até no outro processo, ele vai lançar na rede de esgoto por quê? Não vai lançar em rede  
 867 pluvial direto ao curso d'água, mas sim ele vai passar por outro tratamento, ele vai cumprir a  
 868 resolução CONAMA 357/2005 e também a DN 0108/2008, por quê? Segundo o projeto  
 869 apresentado e as eficiências que ele propõe para o futuro, na L.O que nós vamos ter todos os  
 870 parâmetros listados e que ele tem que atender. Então vai existir sim o tratamento, esse  
 871 processo é uma L.P mais L.I de ampliação. CAMILA (SUPRAM) – E sobre o odor que você  
 872 questionou também, a gente fez duas vistorias no local e não foi constatado odor em torno do  
 873 empreendimento, somente em loco, e como está em operação desde 2006, segundo o  
 874 empreendedor não teve reclamação de vizinhança, tem o alvará da prefeitura. SILVIA



875 (PRESIDENTE) – Camila, com relação a lenha tem registro? CAMILA (SUPRAM) – Tem  
 876 registro de consumidor de lenha que é retirado anualmente. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok,  
 877 obrigada. Conselheira Vanda, para a gente baixar um processo em diligencia, seria o caso de  
 878 processos que não houvesse esclarecimentos de dúvidas levantadas dentro desse conselho,  
 879 então pelo que a equipe da Supram se manifestou, todas as informações foram respondidas.  
 880 Então a gente vai ouvir os demais conselheiros, para saber se existe ainda alguma dúvida e se  
 881 essas dúvidas não forem sanadas, eu enquanto presidente posso baixar o processo em  
 882 diligencia. Ok? VANDA (AMEDI) – Eu tenho algumas complementações a fazer, mas vou  
 883 fazer no final, pois pode ser que eu seja contemplada na fala deles e não precise falar, se não,  
 884 eu falo depois porque eu ainda não estou completamente satisfeita. SGTO. AUGUSTO  
 885 (POLICIA MILITAR) – Senhora presidente, só por uma questão de formalidade, eu gostaria  
 886 de sugerir que fosse colocado em todo parecer que consuma lenha, o número do registro com  
 887 vencimento, porque não basta estar registrado, ele tem que estar atualizado também.  
 888 Obrigado. SILVIA (PRESIDENTE) – Sugestão, acho que bem vinda, a equipe da Supram irá  
 889 aceitar sim Sgto. Augusto, agora eu gostaria só de atualizar que colocassem não a data de  
 890 vencimento, porque ele vence 31 de dezembro de todos os anos, acho que tem que colocar se  
 891 ele está atualizado. CARLOS VALERA (PGJ) – Bom, primeiro saber se o empreendimento  
 892 tem frota de veículos movidos a óleo diesel. CAMILA (SUPRAM) – Ele tem um caminhão  
 893 pipa que é frota própria, e o resto das frotas são terceirizadas. CARLOS VALERA (PGJ) –  
 894 Então tem que sugerir a inclusão do automonitoramento da portaria Ibama 85\96, se houver  
 895 concordância da equipe técnica. CAMILA (SUPRAM) - A equipe está de acordo. CARLOS  
 896 VALERA (PGJ) – Ótimo. Questão da lenha também, só sair como uma recomendação, isso já  
 897 é uma praxe do nosso conselho, que o empreendedor se valha de madeira de reflorestamento,  
 898 como recomendação. CAMILA (SUPRAM) – Está ok, inclusive o empreendedor apresentou  
 899 nota fiscal de lenha de eucalipto. CARLOS VALERA (PGJ) – Ok, obrigado. VANDA  
 900 (AMEDI) – Bom, nesse caso ainda não está bem claro para mim porque se o empreendimento  
 901 está operando e ainda não tem esse tratamento. Eu queria saber o seguinte, não ficou claro  
 902 para mim como está sendo tratado esse efluente que tem resíduo de cromo, e se a estação de  
 903 tratamento que vai receber não teria que dar, lógico não está pronto ainda não teria como  
 904 receber isso... SILVIA (PRESIDENTE) – Conselheira, essa licença é uma L.P, L.I ela ainda  
 905 não está utilizando cromo. Hoje o que está funcionando com a AAF, é o curtimento com  
 906 tanino vegetal. VANDA (AMEDI) – Então a gente não vai aprovar aqui? SILVIA  
 907 (PRESIDENTE) – Não conselheira, nós estamos discutindo aqui um processo de ampliação  
 908 L.P, L.I, ele ainda não instalou o empreendimento, ele só poderá instalar a ampliação após a  
 909 concessão nesse conselho. VANDA (AMEDI) – Então não ficou claro para mim a questão...  
 910 eu vou pedir vista senhora presidente, eu peço vista do processo ou então baixamos em  
 911 diligencia para que faça uma complementação dessa questão do tratamento, a questão para  
 912 ficar bem claro para mim dos resíduos de cromo, porque isso me deixa na dúvida. Então  
 913 talvez eu pudesse contribuir com alguma coisa buscando mais informações para ajudar  
 914 inclusive nesse processo. CAMILA (SUPRAM) – Conselheira Vanda, esse empreendimento  
 915 tem uma AAF para operar com curtimento do couro tanino vegetal. Essa AAF já está  
 916 concedida, o empreendimento já está em funcionamento curtindo o couro com tanino vegetal.  
 917 Ele entrou com solicitação na Supram para ampliar a atividade e iniciar o curtimento também  
 918 com cromo, ele não usa cromo ainda. A gente está concedendo uma L.P mais L.I, ou seja, a  
 919 gente está autorizando ele a instalar edificações e equipamentos para começar o curtimento  
 920 com o cromo, posteriormente ele vai entrar com uma L.O para a gente autorizar o curtimento



921 com o cromo. Então o que ele me apresentou? Quando ele fez o empreendimento ele já  
 922 construiu uma estação de tratamento de esfluente prevendo o curtimento com cromo, então a  
 923 estação de tratamento dele tem duas linhas, uma para tratar o cromo, e uma para tratar o  
 924 tanino vegetal. O tratamento do tanino vegetal já ocorre porque ele opera com uma AAF  
 925 concedida em 2006, e essa estação de tratamento ele apresentou para a gente todas as etapas e  
 926 uma ART junto me falando que ela é capaz de tratar o esfluente contaminado com o cromo.  
 927 Agora, agente só vai conceder a licença prévia, concomitante com a licença de instalação para  
 928 ele ampliar a atividade, mas ele não vai iniciar o curtimento do cromo, só após a L.O ser  
 929 votada no COPAM. VANDA (AMEDI) – Se ele tem... o empreendedor está ai? Eu vou fazer  
 930 a pergunta para você depois para o empreendedor. Se ele tem a capacidade de tratar o cromo  
 931 porque foi citada aqui a questão da estação de tratamento de esgoto de Carmo do Paranaíba  
 932 que ainda está em construção, eu sinceramente fiquei na dúvida. CAMILA (SUPRAM) – Ele  
 933 faz tratamento, tanto da tanino, e do cromo posteriormente ele vai fazer e no final da estação  
 934 ao invés dele lançar em um corpo hídrico ele vai lançar na rede de esgoto da cidade, que no  
 935 caso a COPASA é responsável. Então ele vai ligar na rede do COPASA ...VANDA (AMEDI)  
 936 - Se a COPASA é a responsável, a COPASA não teria que dar um parecer dela dizendo: eu  
 937 vou receber um material, eu me responsabilizo por receber o material que está contaminado  
 938 com cromo. CAMILA (SUPRAM) - A COPASA na verdade, não tinha ligação da COPASA  
 939 nesse empreendimento, apesar dele ser dentro da área urbana, ele não tinha rede ligada na  
 940 Copasa nem com esfuentes sanitários, tanto é que ele tem foca séptica instalada. A Copasa  
 941 deu uma declaração solicitando que a vazão que o empreendimento irá produzir ela não  
 942 consegue receber, então ela solicitou um projeto, o empreendedor fez o projeto, apresentou  
 943 para Copasa e a Copasa aprovou. O empreendedor está arcando com os custos de ligação da  
 944 rede dele na Copasa, a Copasa aprovou. Na L.O a gente já discutiu isso na Supram, na L.O a  
 945 gente vai solicitar uma declaração da Copasa, descrevendo que ela vai aceitar o esfluente  
 946 contaminado com cromo. JOSE ROBERTO (SUPRAM) – Conselheira Vanda, por favor,  
 947 existe uma lei, uma resolução Conama e uma DN 008, ele tem que atender, então  
 948 contaminado com cromo é uma palavra meio assim, ele tem que atender para lançamento, se  
 949 ele obedece o lançamento tem que mudar a DN. Ele não está contaminado dentro da  
 950 legislação, não é contaminação. VANDA (AMEDI) - Com todo respeito a equipe da Supram,  
 951 eu acho assim que é um trabalho muito bacana, mas como eu continuo ainda com certo  
 952 desconforto eu vou pedir vista. ANDERSON (SUPRAM) – Só um comentário. Pelo que eu  
 953 entendi o pedido de vista é devido a presença do cromo, então seria passível de quase todo  
 954 curtume ter pedido de vista por ter cromo no seu tratamento né? SILVIA (PRESIDENTE) –  
 955 Anderson, mas é uma prerrogativa do conselheiro, ela pediu vista delongamos demais na  
 956 discussão para ser solicitado vista, mas é um direito da conselheira. Então vista no item 7.1  
 957 ok? THIAGO (FIEMG) – Eu quero fazer o pedido de vista conjunta. SILVIA  
 958 (PRESIDENTE) – Vistas concedidas a conselheira Vanda (AMEDI) e ao conselheiro Thiago  
 959 (FIEMG), ao item 7.1 – Curtume Boa Vista Ltda. VANDA (AMEDI) – Eu gostaria de receber  
 960 o processo físico. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok. Conselheira Vanda, o prazo é  
 961 compartilhado, então tem que ser dividido o processo por um tempo para você e para outro  
 962 tempo para Fiemg. VANDA (AMEDI) – Vamos fazer da mesma forma que nos fizemos dessa  
 963 vez, dessa vez eu fiquei com o arquivo eu não tive acesso ao processo físico, mas assim eu  
 964 comprometo que assim que eu terminar o parecer eu já passo para Fiemg. THIAGO (FIEMG)  
 965 – Eu até aceito as copias digitais, mas eu quero ter acesso também ao processo, por favor.  
 966 SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, vou pedir aos conselheiros que atentam para o prazo de



967 entrega do relatório, para que possa ser apreciado tanto pela equipe técnica da Supram, para  
 968 trazer esclarecimentos se for o caso, e para os demais conselheiros, ok? VANDA (AMEDI) –  
 969 Pode ter certeza que eu vou querer contar com a equipe da Supram que está ai sempre  
 970 disponível para nos esclarecer. SILVIA (PRESIDENTE) – Então em discussão o item 8.1 -  
 971 Gerdau Aços Longos S.A, destaque para conselheira Vanda (Amedi). VANDA (AMEDI) –  
 972 Eu peço desculpas que eu não estou aqui com parecer, as folhas três, a condicionante dois, eu  
 973 queria saber que ela trata de quais modificações, eu vou ler aqui, aqui deixa eu olhar aqui  
 974 folha três. Bom aqui está condicionante dois: “Comunicar previamente a Supram a respeito de  
 975 qualquer modificação nos equipamentos, e nos processos a serem realizados no  
 976 empreendimento”. Então quando no parecer está escrito assim: “condicionante cumprida”, ai  
 977 eu queria tentar visualizar porque uma coisa é estar daquela forma o empreendimento, ai  
 978 tiveram modificações, que modificações foram essas? Para título de esclarecimento. O outro  
 979 item que é a condicionante de número três, que diz o seguinte: “Relatar a Supram, todos os  
 980 fatos ocorridos na área do empreendimento que cause impacto ambiental negativo  
 981 imediatamente a constatação”. Quando fala condicionante cumprida, eu queria saber o  
 982 seguinte, o quê que foi detectado lá de impacto negativo que foi comunicado a Supram?  
 983 SILVIA (PRESIDENTE) – Conselheira Vanda, mais algum questionamento para que a  
 984 equipe possa responder de uma única vez. VANDA (AMEDI) – Nesse processo até o  
 985 momento são só esses questionamentos, pode ser que algum conselheiro faça intervenção e  
 986 surja mais dúvidas, mas por enquanto é só isso. SILVIA (PRESIDENTE) – Mas o destaque é  
 987 só da senhora. CAMILA (SUPRAM) – Quando a gente coloca condicionante cumprida nesses  
 988 casos, acontece que não houve nenhum impacto negativo, ou seja, foi uma condicionante  
 989 cumprida, pois não houve a necessidade de relatar. Seria uma condicionante descumprida se  
 990 acontecesse algum impacto negativo na área, ou uma modificação no projeto, como a  
 991 condicionante dois fala, e a empresa não relatassem a Supram. VANDA (AMEDI) – Acredito  
 992 que para não gerar outras dúvidas, então quando não tiver descrever “até o momento a  
 993 empresa relatou que não houve nenhum impacto negativo” ou “não houve nenhuma  
 994 alteração”, só para a hora que a gente estiver lendo, porque eu sei como é isso, quem faz como  
 995 já tem conhecimento do processo todo, acha que está completo. Depois que eu fui ler o  
 996 parecer que eu fiz, eu vi o tanto de coisa que estava incompleto, faltando, então é só para ficar  
 997 claro. Para mim está ok. THIAGO (FIEMG) – Deixa eu fazer uma pergunta presidente,  
 998 quando ocorre qualquer alteração, ou vamos dizer a palavra forte anomalia, ai sim o processo  
 999 trás, enquanto não tem ele trás que está cumprido até para nos ajudar a ler os processos,  
 1000 chegar aqui preparado, entender, estudar o que está acontecendo. Então assim, não sei, penso  
 1001 que nós estamos tendo uma inversão de valores aqui, não sei, nós temos que pensar, está certo  
 1002 respeitosamente o que a nossa colega conselheira está pedindo, mas se está sendo dessa  
 1003 forma, e nós que estamos lendo o processo e estudando estamos entendendo, vamos modificar  
 1004 e complicar mais para que? SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, mais algum questionamento sobre  
 1005 esse processo? Então vamos colocar em votação o item 8.1, os senhores conselheiros que  
 1006 concordarem com parecer como está permaneça, ou manifeste voto contrário. Aprovado. Em  
 1007 discussão o item 9.1 - Maxdiesel Veículos e Peças Ltda, com destaque para conselheira  
 1008 Vanda (Amedi). VANDA (AMEDI) – No parecer consta uma nascente em um raio de 100  
 1009 metros, ai tem uma cobrança, plano de remediação do local, que fala sobre faze livre em  
 1010 alguns postos de monitoramento, está na folha oito, e tem o item seis, na folha doze, que fala  
 1011 que o plano deve ser apresentado de imediato, não isso aqui é outra coisa, Bom, eu queria  
 1012 saber um pouco mais sobre os postos livres, os perigos dessa contaminação, talvez seja só



1013 algum esclarecimento. Eu também questiono a questão dos noventa dias para o item seis, que  
 1014 está as folhas doze. Eu questiono porque se nesse período de noventa dias ocorrer algum  
 1015 impacto negativo né, não sei, talvez eu esteja com excesso de zelo. ANDERSON (SUPRAM)  
 1016 – Em relação aos noventas dias, a causar algum impacto durante esses noventa dias, muito  
 1017 provavelmente não ocorreria porque a empresa retirou todos os tanques antigos, essa  
 1018 contaminação adveio dos tanques antigos que ela tinha, foi trocado todo sistema dos tanques,  
 1019 as pistas foram todas impermeabilizadas, provavelmente essa será a ultima remediação que a  
 1020 gente espera que ocorra no empreendimento. Com relação a fase livre eu chamo o  
 1021 empreendedor para responder. SILVIA (PRESIDENTE) – Com a palavra senhor  
 1022 empreendedor. MAX (Representante Maxdiesel) – Essa fase livre nada mais é que uma  
 1023 contaminação do diesel no solo, que ocorreu em função do rompimento de um sump. A  
 1024 senhora sabe o que é um sump? Sump é uma câmara de contenção que fica localizada em  
 1025 baixo da bomba porque toda linha do posto é feita de PAD, sem conexões, quando as  
 1026 conexões existem são feitas com eletrofusão, e dentro desses sump são feitas as conexões com  
 1027 flexíveis, aonde é conectado a bomba. Um desses sump teve uma rachadura e teve esse  
 1028 vazamento. Foi constatado esse vazamento, feito uma remediação no local, o poço foi todo  
 1029 reformado, trocamos todos os tanques, filtros, linhas, removemos a pista por inteiro,  
 1030 concretamos ela novamente, fizemos as linhas de separação de água e óleo e foi constatado  
 1031 agora que ainda existe um resquício dessa contaminação, e por isso eles sugeriram que fosse  
 1032 feita uma nova remediação para excluir uma vez por toda essa contaminação que existiu no  
 1033 passado. SILVIA (PRESIDENTE) – Obrigada senhor empreendedor, esclarecida sua dúvida  
 1034 conselheira? VANDA (AMEDI) – Esse plano de remediação, o técnico da Supram disse que  
 1035 talvez não seja necessário esse prazo, porque esse plano de remediação para que não continue  
 1036 contaminado, ele foi apresentado esse plano? Como que é eu não entendi muito bem. MAX  
 1037 (Representante Maxdiesel) – Esse contaminação não existe mais, devido a troca de todos  
 1038 esses equipamentos. VANDA (AMEDI) – A troca eliminou? MAX (Representante  
 1039 Maxdiesel) – Exatamente, existe nos laudos que os novos testes de estanqueidade comprovam  
 1040 que o posto está totalmente estanque, então essa contaminação não existe mais, existe  
 1041 resquício da contaminação passada, daí a necessidade de uma nova remediação. VANDA  
 1042 (AMEDI) – Você chegou a fazer um teste na mina, se chegou a contaminação até lá? MAX  
 1043 (Representante Maxdiesel) – Não chegou. VANDA (AMEDI) – Esclarecido presidente.  
 1044 SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, mais algum questionamento? Vamos colocar em votação o  
 1045 item 9.1 – Maxdiesel veículos e peças Ltda., os senhores conselheiros que concordarem com  
 1046 parecer permaneçam como estão ou manifeste voto contrário. Processo aprovado. Em  
 1047 discussão processo 9.2 – Escala produtos alimentícios Ltda., com destaque do Ministério  
 1048 Público e da Amedi. CARLOS VALERA (PGJ) – É só atentar que trata-se de um  
 1049 empreendimento classe cinco, então nos vamos sugerir a inclusão da compensação da lei do  
 1050 snuc com a redação padrão da Supram TM\AP. VANDA (AMEDI) – Senhora presidente,  
 1051 esse processo ele na verdade deveria ter um acordo feito entre a DMAE e a empresa, porque  
 1052 afinal de contas ela vai receber alguns efluentes. Eu peço vista desse processo senhora  
 1053 presidente. RICARDO (SUPRAM) – Só um esclarecimento quanto a essa questão com a  
 1054 DMAE, a empresa foi ate solicitada pela equipe como informações complementares a  
 1055 empresa já apresentou o contrato de inclusão ao PROMEND – (Programa Recebimento de  
 1056 Efluentes Não Domésticos), então ele já tem firmado esse acordo, todo efluente não  
 1057 doméstico ou industrial ele lança na rede de esgoto municipal e é tratado, e já tem esse  
 1058 contrato firmado com a rede publica municipal. SILVIA (PRESIDENTE) – Conselheira



1059 Vanda, já que era esse o questionamento ele já foi esclarecido? Não era só esse, é porque eu  
 1060 não queria me delongar muito, eu recebi repreensão da senhora presidente que a gente  
 1061 demorou muito a pedir vista, então eu deixei aqui de fazer os outros questionamentos. Mas  
 1062 então eu aproveito para dizer que tem algumas condicionantes, que foram tratadas no corpo  
 1063 do parecer, mas quando chega no local das condicionantes não aparece, então eu acho que é  
 1064 uma questão que agente tem que ter essa cautela porque se não ela fica de fora, porque se a  
 1065 condicionante não está ali pedida e aprovada ela fica de fora. Eu fiquei com dúvida em  
 1066 relação ao controle das emissões atmosféricas, então tem outros fatores sim, senhora  
 1067 presidente. THIAGO (FIEMG) – Por questão de ordem, existe uma equipe técnica aqui, se ela  
 1068 está com dúvida peça para comprovar. SILVIA (PRESIDENTE) – Conselheiro Thiago, isso é  
 1069 um direito da conselheira. THIAGO (FIEMG) – Isso é uma falta de respeito com espaço  
 1070 público que nos temos aqui, infelizmente está claro, o processo está aqui, as informações  
 1071 estão aqui e ela está justificando que vai pegar o processo para ver uma informação que está  
 1072 no parecer? Peço vista conjunta. VANDA (AMEDI) – Não são informações que estão no  
 1073 parecer, são dúvidas consistentes que eu tenho, e outra se o conselho fosse apenas para vir  
 1074 aqui provar o que já foi posto não precisava de conselho. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok,  
 1075 então vistas no item 9.2 - Escala produtos alimentícios Ltda, para Amedi e Fiemg. Em  
 1076 discussão o item 10.1 – Produtos Tarumã Ltda, com destaque para Vanda (Amedi). THIAGO  
 1077 (FIEMG) - Só para voltar, esse parecer aqui eu vou querer o processo físico por favor.  
 1078 SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, o processo da Escala vai para Fiemg, com divisão do prazo  
 1079 para conselheira Amedi. A palavra está com você sra. Conselheira Vanda (Amedi). VANDA  
 1080 (AMEDI) – Peço desculpas que me perdi um pouco aqui, acho que fiquei meio abalada com  
 1081 os comentários, e me recompondo aqui peço vossa presidência que possa me localizar aqui.  
 1082 SILVIA (PRESIDENTE) – Item 10.1. VANDA (AMEDI) – Frigorífico Tarumã? Não, olha  
 1083 só, Maxdiesel foi o que agente já aprovou. SILVIA (PRESIDENTE) – Escala produtos, vista  
 1084 concedida para Amedi e Fiemg e agora estamos em discussão o item 10.1 – Produtos Tarumã  
 1085 Ltda, com pedido de destaque da Amedi. VANDA (AMEDI) – Senhora presidente, houve um  
 1086 equívoco porque o item 6 que o pessoal da Supram esclareceu sobre a questão dos noventa  
 1087 dias, eu estou perdida, só um minuto. THIAGO (FIEMG) – Presidente qual o processo nos  
 1088 estamos votando, por favor? SILVIA (PRESIDENTE) – Item 10.1. THIAGO (FIEMG) – Ok.  
 1089 VANDA (AMEDI) – Produtos Tarumã Ltda, o anterior que nos votamos foi da Escala  
 1090 Produtos Alimentícios? É que eu fico perdida com essa confusão, e olha que durante toda  
 1091 discussão, eu estava fazendo a discussão dos Produtos Tarumã Laticínio, falando das  
 1092 condicionantes, então eu acho que é tempo de agente rever né, porque eu acho que o  
 1093 conselheiro também pode errar. SILVIA (PRESIDENTE) – Conselheira Vanda, você  
 1094 solicitou vista do processo 9.2 – Escala Produtos Alimentícios Ltda, agora nos estamos em  
 1095 discussão o item 10.1 – Produtos Tarumã Ltda. VANDA (AMEDI) – Considerando que  
 1096 houve equívoco da minha parte, eu vou pedir a vossa excelência se seria possível agente  
 1097 voltar no processo anterior. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, mas qual que é a solicitação para  
 1098 voltar no item 9.2, a senhora vai retirar o pedido de vistas? VANDA (AMEDI) – Eu posso  
 1099 retirar o pedido de vista, eu me confundi aqui, eu retiro o pedido de vista porque eu não tenho  
 1100 anotado. SILVIA (PRESIDENTE) – OK, mas eu gostaria que a senhora me informasse, existe  
 1101 ainda alguma dúvida em relação ao processo 9.2, porque se não agente pode entrar novamente  
 1102 em discussão e se não for esclarecida suas dúvidas você vai solicitar dúvidas. VANDA  
 1103 (AMEDI) – Uma breve ajuda dos colegas conselheiros. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok,  
 1104 estamos aqui para te ajudar senhora conselheira. VANDA (AMEDI) – Para dizer sobre essa



1105 Escala Produtos Alimentícios, quais foram... ninguém pediu esclarecimento nesse processo?  
 1106 SILVIA (PRESIDENTE) – Houve destaque do Ministério Público com sugestão da inclusão  
 1107 da condicionante 7 com a lei do snuc, e o destaque foi passado para a senhora. VANDA  
 1108 (AMEDI) – Eu não vou pedir vista nesse processo ta? O processo que eu vou pedir vista é dos  
 1109 Produtos Tarumã. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, então conselheira Vanda e demais  
 1110 conselheiros, como houve uma confusão por parte da nossa conselheira, nós vamos voltar a  
 1111 discussão do item 9.2 – Escala Produtos Alimentícios Ltda, e vamos retirar o pedido de vista  
 1112 da conselheira Vanda, e do conselheiro Thiago (Fiemg), e vamos colocar em votação o  
 1113 parecer da Supram, com inclusão da condicionante sete da lei do snuc, ok? Então neste  
 1114 momento colocamos em votação o parecer único da Supram. Os senhores conselheiros que  
 1115 concordarem com parecer permaneçam como estão ou manifeste voto contrário. VANDA  
 1116 (AMEDI) – Eu me abstenho. SILVIA (PRESIDENTE) – Processo aprovado com abstenção  
 1117 da Amedi. Neste momento colocamos em votação a inclusão da condicionante sete, em  
 1118 relação a lei snuc, com redação padrão do Sisema. Os senhores conselheiros que concordarem  
 1119 com essa condicionante permaneçam como estão, ou manifeste voto contrário. THIAGO  
 1120 (FIEMG) – Voto contra, por entender que no parecer não existe identificação dos  
 1121 significativos impactos ambientais. SILVIA (PRESIDENTE) – Condicionante aprovada pela  
 1122 maioria, com voto contra do conselheiro Thiago (Fiemg). Agora colocamos em discussão o  
 1123 item 10.1 – Produtos Tarumã Ltda, com destaque concedido a conselheira Vanda (Amedi).  
 1124 VANDA (AMEDI) – Nesse processo, que eu estava dizendo sobre as condicionantes que não  
 1125 apareceram, e também o controle das emissões atmosféricas e também a questão do acordo  
 1126 com a Dmae. Então foi nesse processo, e ai peço desculpas principalmente, em primeira mão  
 1127 aos técnicos da Supram, e depois as colegas conselheiros e conselheiras. SILVIA  
 1128 (PRESIDENTE) – Conselheira Vanda, com relação as duvidas que a senhora tem em relação  
 1129 ao esse processo Tarumã, a senhora gostaria de ouvir a equipe técnica, ou a senhora já vai  
 1130 solicitar vista do processo? VANDA (AMEDI) – Eu gostaria de ouvir porque esse pedido de  
 1131 vista meu, está entre aspas, está na dúvida ainda. Se eu ver que há possibilidades. SILVIA  
 1132 (PRESIDENTE) – Obrigada pela sua sensatez de ouvir primeiro a equipe técnica. Então eu  
 1133 gostaria que a senhora fizesse exposição de todas as suas duvidas para que a equipe técnica  
 1134 pudesse manifestar. VANDA (AMEDI) – São essas mesmos, por exemplo, acordo com  
 1135 Dmae, que nós já sabemos que o Dmae hoje tem muitos problemas né? Então ele tem que  
 1136 estar ciente de um empreendimento desse porte, e tem que estar de acordo, tem que concordar  
 1137 porque tem que estar com isso no planejamento dele. Onde está esse acordo? Sobre o controle  
 1138 das emissões atmosféricas, eu anotei também algumas condicionantes que não aparecem no  
 1139 anexo um, basicamente são essas as anotações. SILVIA (PRESIDENTE) – Qual é a dúvida da  
 1140 senhora em relação a emissões atmosféricas, e quais são as condicionantes que não aparecem?  
 1141 Porque se não, não teria como a equipe manifestar. VANDA (AMEDI) – Bom, eu não teria  
 1142 como fazer isso agora porque eu estou sem... eu não anotei nas minhas anotações quais são as  
 1143 condicionantes, mas eu acho que isso é uma coisa superável, porque pode pegar todas aquelas  
 1144 condicionantes que estão no corpo do processo, onde a Supram realmente detecta e eu acho  
 1145 que foi um trabalho bacana de detectar essas condicionantes, mas coloca-las para votação.  
 1146 Então vamos votar essas condicionantes, porque se eu só menciono, depois eu posso correr o  
 1147 risco. SILVIA (PRESIDENTE) – Senhora conselheira, quando agente coloca condicionante  
 1148 no parecer da Supram, é votada todas as condicionantes que estão no corpo do parecer.  
 1149 VANDA (AMEDI) – Mas as vezes a forma de dizer, pode gerar dúvida e pode ser contestado.  
 1150 SILVIA (PRESIDENTE) – Então, se a senhora tiver alguma dúvida em relação a



1151 condicionante... VANDA (AMEDI) – Não para mim, mas para o empreendedor que eu digo.  
 1152 Mas se o empreendedor tiver dúvida ele vai pedir ao órgão para esclarecer, mas aqui nos  
 1153 temos que votar o que está no parecer ou alguma sugestão da senhora. VANDA (AMEDI) –  
 1154 Eu acho melhor eu pedir vista, eu vou pedir vista. THIAGO (FIEMG) – Eu peço vista  
 1155 conjunta, só para questão de esclarecimento, presidente e membros conselheiros, a nossa  
 1156 querida Raquel não está aqui hoje está de férias, mas eu gostaria de alerta-los que todos os  
 1157 empreendimentos em Uberlândia, para se emitir um alvará e pedida uma lista de documentos,  
 1158 e dentro dessa lista de documentos, quando há necessidade o PREMEND é exigido. Nenhum  
 1159 empreendimento aqui vai tirar um alvará de funcionamento sem ter esse documento, além da  
 1160 condicionante aqui dentro do processo. SILVIA (PRESIDENTE)- A palavra a equipe da  
 1161 Supram. CAMILA (SUPRAM) – Eu quero só esclarecer sobre o PREMEND conselheira  
 1162 Vanda, a empresa tem um contrato do PREMEND, o PREMEND é ciente que após o  
 1163 tratamento da ETE que é dentro da empresa, ela lança na rede do município. O contrato do  
 1164 PREMEND está em fase de renovação, foi apresentado na SUPRAM um protocolo  
 1165 solicitando a renovação do contrato, e conforme eu coloquei na página três, considerando que  
 1166 o empreendimento já obteve contrato do PREMEND autorizando este lançamento e esta está  
 1167 em fase de renovação do mesmo, a equipe técnica concorda com cronograma de execução  
 1168 apresentado para fins de adequação da ETE existente. SILVIA (PRESIDENTE) – Só queria  
 1169 esclarecer isso. Página três, no último parágrafo, são as três últimas linhas. Permanece o  
 1170 pedido de vista, ou a senhora está satisfeita com os esclarecimentos? VANDA (AMEDI) –  
 1171 Estou esclarecida, mas eu continuo com a vista porque, bom está em fase de renovação desse  
 1172 documento, tem uma outra serie de coisas assim como, a quantidade de efluentes, eu quero  
 1173 fazer uma analise melhor. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, então vista concedida ao item 10.1  
 1174 a conselheira Vanda (AMEDI) e ao conselheiro THIAGO (FIEMG). Lembrando que o  
 1175 processo tem que ser repassado para os dois conselheiros, e divido o prazo para entrega do  
 1176 relatório de vistas para ser divulgado no sitio da SEMAD. Então o item 10.2 nos retiramos de  
 1177 pauta no inicio da reunião, nos passamos neste momento para o item 11 - **Indicação de**  
 1178 **nomes de representantes das Organizações não governamentais - ONGs legalmente**  
 1179 **constituídas para a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, com assento na**  
 1180 **URC Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, para compor a Comissão Paritária - COPA**  
 1181 **Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, conforme estabelecido pela Deliberação COPAM**  
 1182 **nº 435/2012, art. 3º, parágrafos 1º e 2º. Apresentação: Supram TMAP.** O quê que seria  
 1183 essa comissão? Anterior a lei delegada 180 de 2011, todos os processos de intervenção  
 1184 florestal, intervenção ambiental eram analisados pelo IEF e seus núcleos, e onde existia um  
 1185 núcleo de registro de regularização do IEF, existia uma COPA que é uma comissão do  
 1186 COPAM que decidia sobre o deferimento ou indeferimento dessas intervenções ambientais. O  
 1187 ano passado nos passamos pelo processo de transição e todos os núcleos que antes pertenciam  
 1188 ao IEF, hoje pertencem a SUPRAM então esses núcleos hoje, a COPA está suspensa até a  
 1189 nova composição e agente precisa que saia daqui hoje a indicação de três conselheiros para  
 1190 fazer parte dessa COPA única do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Então agente não vai  
 1191 ter mais em cada núcleo seis conselheiros COPA para analisar esses processos, vai ser uma  
 1192 única COPA de toda regional da mesma forma que é o COPAM. Como seriam esses  
 1193 conselheiros? Um conselheiro titular, e dois conselheiros suplentes que tem que ser de  
 1194 ONG'S que já participam do conselho na unidade regional. NATHALIA (OPA) – Ontem  
 1195 agente reunião na OPA para definir isso, então teve presença representantes da AMEDI,  
 1196 representante da OPA e da DEGRAF, então ontem a gente já determinou que a titularidade



1197 fica com a OPA, o primeiro suplente com a AMEDI e a segunda suplência com a DEGRAF.  
 1198 Agente tem uma ata a mão já elaborada com assinatura de todos os representantes. Aqui  
 1199 Nathalia, por favor, passe esse documento para que agente possa encaminhar a SEMAD.  
 1200 Então agente passa para o item seguinte que é o item 12 – Assuntos Gerais. MOISES  
 1201 (FETAMEG) – Em assuntos gerais eu vou trazer aqui a tona uma situação que agente já  
 1202 discutiu varias vezes aqui no conselho, as questões das PCH'S do Tijuco. Meses depois do  
 1203 conselho de bacia regional ter indeferido seu procedimento, o governo ao meu ver  
 1204 truculentamente empurrou essa questão na semana retrasada. Eu estive na semana passada  
 1205 sentado com Sr. Danilo, questionei ele sobre essa situação, perguntei a ele se ele iria evocar o  
 1206 procedimento e dar ad referendum, que pelo caminhar das coisa seria possível ate isso. Ele  
 1207 descontrou e falou que não, que vai seguir o procedimento normal, mas pelo que eu vi na  
 1208 semana retrasada, não vai seguir procedimento normal nenhum. Eu tenho obrigação de trazer  
 1209 para esse conselho qual está sendo esse caminhar. Depois de cinco anos e muitas discussões  
 1210 neste conselho, onde que gerou aqui termo de referencia, não foi nada menos que isso, foi  
 1211 muita luta mesmo neste conselho, do qual eu participei, as ONG'S participaram, o Ministério  
 1212 Público participou, do termo de referencia que hoje virou uma obrigação para todas PCH's do  
 1213 estado, mas mesmo assim o governo, não o estado, o governo de forma truculenta, a meu ver,  
 1214 veio novamente e empurrou essa situação. Usando de artifícios de um conselho para com  
 1215 outro, ao meu ver não permitiu uma vista no conselho na ultima instancia, de discussão de  
 1216 deliberação, mas sabendo disso e tendo conhecimento disso e conversado com as pessoas que  
 1217 estiveram nessas reuniões, é minha obrigação trazer para esse conselho para que fiquemos  
 1218 atentos a qualquer ação do governo em relação as PCH's do Tijuco, porque da forma que está  
 1219 sendo colocado, para daqui 5, 10 ou 15 anos, a questão da água do Tijuco vai estar de uma  
 1220 situação onde não se prevê qual será o conflito que pode advir dela. CARLOS VALERA  
 1221 (PGJ) – Só para dizer conselheiro Moises, que nós estamos acompanhando pare passo essa  
 1222 questão, nós temos um inquérito civil instaurado em Ituiutaba que está em analise no nosso  
 1223 núcleo de licenciamento, porque a uma discussão sobre a questão do dano regional. Se o dano  
 1224 for regional, a competência vai ser deslocada para capital do estado. Então nos estamos  
 1225 mantendo contato permanente com toda sociedade civil, e também com poder publico e  
 1226 estamos analisando essa questão. Provavelmente e infelizmente nos vamos concluir que vai  
 1227 acabar sendo judicializado, o que é ruim para todos, mas, da forma que o governo está agindo  
 1228 e infelizmente não há outra opção. Chegar ao ponto de uma estância que é a CTIL julgar o  
 1229 recurso, porque perderia o recurso, manipular para que houvesse uma reunião do comitê  
 1230 estadual, realmente é algo impensável sobre a ótica democrática e sobre a ótica popular. Então  
 1231 só para registrar, que nos estamos monitorando e obviamente a hora que nos firmarmos a  
 1232 convicção de que eventualmente existem ilegalidades, a questão vai ser levada para o  
 1233 judiciário para discussão. VANDA (AMEDI) – Eu gostaria de fazer uma fala a respeito das  
 1234 PCH's, mas como tenho um colega de trabalho, do movimento ambientalista, aqui presente  
 1235 que com certeza fala com mais propriedade do tema, eu gostaria que ele fizesse uma fala  
 1236 breve para nos ajudar. Gustavo Malacco. SILVIA (PRESIDENTE) – Conselheira, após  
 1237 manifestação de todos os conselheiros agente passa porque tem um conselheiro suplente que  
 1238 também gostaria de falar sobre o assunto, então por questão de ordem, primeiro os  
 1239 conselheiros depois a gente houve o publico. VANDA (AMEDI) – Está ótimo. Obrigada.  
 1240 SILVIA (PRESIDENTE) – Então vamos ouvir primeiramente o Gustavo. Gustavo você tem  
 1241 cinco minutos. GUSTAVO MALACCO – Bom dia a todos. Eu participei das duas reuniões  
 1242 que ocorreram que foi resultante de um recurso do empreendedor em relação a decisão



1243 tomada pelo comitê, até a Dra. Dora é membro do comitê, em que o comitê indeferiu as  
 1244 DRDH (Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica) das duas PCH's. Essa foi uma  
 1245 decisão quase que unânime, tivemos apenas dois votos contrários nessa reunião do comitê,  
 1246 sendo um da FIEMG e o outro do IGAM e uma abstenção. Mas isso eu quero destacar que  
 1247 produtores rurais, empresários da região, prefeituras, o próprio IEF, todos votaram nesses  
 1248 pareceres. Chegou esse processo na CTIL, nos achamos estranho o procedimento da  
 1249 presidente da mesa da CTIL, que é presidido pela FIEMG, e na retirada desse processo da  
 1250 reunião e ao mesmo tempo compactuando com uma reunião conjunta com a CTIG, esse é ate  
 1251 o primeiro ponto que vai ser levantado essa legalidade da CTIG decidir junto com a CTIL,  
 1252 porque nos entendemos que quem é instancia deliberativa que tem nas deliberações  
 1253 normativas e a CTIL não é a CTIG. Reunião conjunta pode fazer mais respeitando a questão  
 1254 da CTIL. E na segunda reunião, para levantar o assunto que já foi levantado, houve o pedido  
 1255 de vista de um conselheiro e esse pedido de vista foi negado dizendo que, não era  
 1256 procedimento dentro da câmara técnica dar vistas a conselheiros. Mas se ali é a última  
 1257 instância deliberativa, e se a CTIL é um braço do CRH, se o CRH permite o processo de vista,  
 1258 porque que não foi permitido dentro dessa última instância deliberativa, que segundo a  
 1259 procuradoria do IGAM não há possibilidade de recurso, acatar esse pedido de vista? Só quero  
 1260 ressaltar uma fala, não das pessoas que estavam ali presentes, até a CEMIG que é sócia da  
 1261 ALUPAR, não nestes empreendimentos, mas em empreendimentos de linha de transmissão,  
 1262 solicitou que o processo fosse retirado de pauta. A própria sócia pediu a reunião a presidente  
 1263 da mesa para tirar de pauta porque não via uma situação boa, uma situação plausível para se  
 1264 deliberar aquele assunto. Isso que eu queria passar. Eu queria tocar em um assunto que ele é  
 1265 chato mais eu gostaria de colocar porque é uma questão de prevenção inclusive com  
 1266 Ministério Público. Eu fui ameaçado por um representante da ALUPAR chamado Carlos  
 1267 Eduardo, durante a reunião, lavrei um boletim de ocorrência, vou dar ciência ao Ministério  
 1268 Público Estadual de Crimes Contra Vida, e estou passando ao conselho esse tipo de situação  
 1269 que eu acho que a gente não deveria passar mais em Minas e no Brasil. Então, estou dando  
 1270 ciência do fato em espaço público, que isso aconteceu durante a reunião. Não levantei essa  
 1271 questão durante a reunião, pois não achei que era o local apropriado na discussão, mas a partir  
 1272 vou dar ciência ao fato ao estado de Minas e a todas as instâncias legais do que aconteceu  
 1273 durante a reunião, essa ameaça que eu tive desse representante do empreendedor. Obrigado.  
 1274 SILVIA (PRESIDENTE) – Sobre esse assunto eu não sou da região então eu não tenho  
 1275 muitas informações, mas solicito nesse momento que seja registrado em ata, inclusive na  
 1276 síntese, que é enviado ao nosso secretário Dr. Eduardo Magalhães, para que a SEMAD tenha  
 1277 conhecimento do questionamento que está sendo feito nesta unidade regional do COPAM.  
 1278 Agente também passará para o Rodrigo, que é o superintendente aqui que da apoio aos  
 1279 senhores conselheiros para que seja verificado um posicionamento da SEMAD, e possa ser  
 1280 trazido uma resposta aos senhores. Agora eu gostaria de ouvir o conselheiro Reginaldo e o  
 1281 conselheiro Bertholdino. REGINALDO (UFU) – Só a título do nosso trabalho ser feito da  
 1282 forma melhor possível, parece que há uma tendência que tenha muitas vistas nos próximos  
 1283 processos, tendo como base essa reunião de hoje. Na reunião passada, ficou só o item 5.1 que  
 1284 foi visto hoje, se com um item a vista foi entregue 24 horas para os técnicos da SUPRAM, é  
 1285 necessário que agente reveja isso, porque os conselheiros tem teoricamente 21 dias para fazer  
 1286 o relato, e agora agente vai cobrar que os técnicos da SUPRAM tenham 24 horas para ler o  
 1287 relato? Daqui a pouco em uma quinta – feira eles tem uma vistoria, alguma coisa para fazer,  
 1288 vai chegar relato entregue na mão no momento da reunião. É preciso que a gente tenha em



1289 mente que o processo chega para gente mastigadinho, fácil, porque eles fizeram. O nosso  
 1290 trabalho é muito mais fácil que o deles. Então vamos tomar mais um pouco de cautela em  
 1291 relação a isso, sobre pena de daqui a pouco a gente ter que prever que relatórios entregues  
 1292 fora do prazo não sejam aceitos por essa mesa para serem vistos nessa reunião. O que deveria  
 1293 mais não está no nosso regimento, só isso. SILVIA (PRESIDENTE) - Eu gostaria só de  
 1294 passar uma informação para os senhores conselheiros, o regimento que foi apresentando aqui,  
 1295 a proposta de revisão, ela passou pela CNR, foi retirada de pauta a pedido do Secretario,  
 1296 porque durante a apresentação tiveram muitas contribuições e não foi possível discutir todas,  
 1297 então deve voltar em uma próxima reunião, e nesse novo regimento, pelo menos na proposta  
 1298 inicial, estava previsto que os relatórios de vistas não entregue no prazo não seriam  
 1299 apreciados pelo conselho. Então é bom a gente começar a praticar a entrega dos trabalhos  
 1300 dentro do prazo estabelecido, se não pode ser que algum trabalho de vocês não seja levado em  
 1301 consideração no momento de julgamento. Muito obrigada conselheiro Reginaldo pela atenção  
 1302 com nossa equipe, porque realmente quando a equipe da SUPRAM recebe um relatório de  
 1303 vistas, tenta esclarecer todas as dúvidas, preparar, vir aqui justificar para os senhores  
 1304 conselheiros se realmente houve uma falha no projeto ou não e para que todas as dúvidas  
 1305 possam ser dirimidas. E se a gente recebe esse parecer em cima da hora, fica comprometido o  
 1306 nosso trabalho em relação a vocês, o nosso atendimento a esse conselho. Muito obrigada  
 1307 conselheiro Reginaldo. Agora o conselheiro Bertholdino. BERTHOLDINO – Para quem não  
 1308 me conhece eu sou suplente nesse conselho, mas também sou suplente na Câmara de  
 1309 Compensação Ambiental em Belo Horizonte. Eu gostaria de dar uma satisfação a Unidade  
 1310 Regional, que de uns 4 (quatro), 5 (cinco) meses para ca tem aparecido vários processos em  
 1311 Belo Horizonte vindo dessa câmara para ser aprovado a questão da compensação ambiental.  
 1312 Então é só uma satisfação que na reunião passado por exemplo, nós aprovamos a  
 1313 compensação ambiental de um empreendimento aqui na região, e todo dinheiro, nós estamos  
 1314 tentando lá dentro do conselho, reverter o dinheiro para a região, porque a lógica é tentar  
 1315 reverter para a região aonde a compensação foi incedida. É lógico que tem casos que a  
 1316 legislação não permite, pois a prioridade é regularização fundiária, mas alguns casos nos  
 1317 temos conseguido trazer recursos para algumas unidades de conservação na região. Na  
 1318 reunião passada nos conseguimos de uma compensação ambiental R\$ 350.000,00 (trezentos e  
 1319 cinqüenta mil), para refúgio da silvestre do tijucão, inclusive para fazer o plano de manejo  
 1320 daquela unidade. Nós vamos tentar nas próximas reuniões, também tentar algum recurso até  
 1321 para regularização se for o caso. Então na verdade estou dando uma satisfação a esse  
 1322 conselho, falando que o recurso, as condicionantes que vocês estão aprovando aqui, estão  
 1323 começando a ter retorno lá na CPB de alguma maneira. Esse é um caso específico real, que  
 1324 R\$ 350.000,00 (trezentos e cinqüenta mil) foram direcionados para o plano de manejo dessa  
 1325 unidade específica. Nós estamos trabalhando nesse sentido de trazer mais algum recurso para  
 1326 cá, tentando aplicar aqui na região. Na maioria dos casos não tem como porque a legislação é  
 1327 bem clara que a prioridade é regularização fundiária e aqui não há tanto problema. Mas é mais  
 1328 uma satisfação para o conselho mostrando que há engrenagem e a CPB está começando a  
 1329 voltar a funcionar de novo, ela ficou muito tempo parada por vários motivos que não vem ao  
 1330 caso agora, mas ela está começando a andar e nós estamos votando em média 30 (trinta), 40  
 1331 (quarenta) processos por reunião. Está na faixa de 15 (quinze) processos e com altos recursos.  
 1332 Então na verdade é só uma satisfação para o conselho que suas condicionantes estão  
 1333 caminhando na Câmara da CPB. SILVIA (PRESIDENTE) – Obrigada Bertholdino pelas  
 1334 informações, agente vê o resultado das condicionantes, principalmente do Ministério Público.



1335 THIAGO (FIEMG) – Eu gostaria de passar aos conselheiros que no dia 8 do mês que vem, a  
 1336 FIEMG vai estar realizando aqui o dia todo juntamente com alguns agentes do IGAM, a  
 1337 capacitação para projetos do FIDRO, eu vou passar esse convite para SEMAD, para  
 1338 SUPRAM e peço a vocês que repliquem, os conselheiros que tiverem interesse, nós temos um  
 1339 número de vagas limitado, é gratuito mas nós temos o número de vagas limitado. Então eu  
 1340 gostaria de dar esse aviso, e concordar com a fala do nosso amigo conselheiro Reginaldo. Nós  
 1341 passamos por uma evolução muito grande nesse conselho, nós passamos por um  
 1342 amadurecimento do conselho e nas duas últimas reuniões eu estou tendo a impressão que está  
 1343 se tentando mostrar um caos ou transparecer uma falta de organização, de responsabilidade,  
 1344 inclusive desrespeito a lei. Eu penso que isso não acontece aqui, nós estamos falando de um  
 1345 órgão de licenciamento com os membros com características de agentes públicos, além da  
 1346 equipe técnica que tem toda responsabilidade inclusive de obedecer à lei. Eu gostaria de  
 1347 deixar bem claro que é uma preocupação nossa, e gostaria que fosse respeitado alguns desses  
 1348 momentos para que nós pudéssemos pegar o parecer vir com os estudos prontos, se tiver  
 1349 alguma informação, como a idéia da presidente se tiver alguma dúvida procurar a equipe  
 1350 técnica antes, ou ate se for o caso nós podemos marcar uma reunião previa, nós colocamos a  
 1351 disposição aqui nossas instalações, para que a equipe possa reunir com quem tiver dúvidas,  
 1352 para que a gente possa continuar a ter essa qualidade que nós estávamos tendo nos últimos  
 1353 anos. SILVIA (PRESIDENTE) – Obrigada conselheiro Thiago. CARLOS VALERA (PGJ) –  
 1354 Só duas situações para complementar, primeiro a fala do Bertholdino, nós conseguimos  
 1355 também R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) reais para estudo do quebra –anzol na nossa  
 1356 região aqui, e a expectativa é muito boa porque, boa por um lado e ruim por outro,  
 1357 levantamento do IEF diz que das nossas unidades somente 30% estão regularizadas, isso é  
 1358 ruim. Por outro lado, nós temos uma expectativa de arrecadação do snuc de R\$  
 1359 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), então talvez a gente consiga resolver essa  
 1360 equação. Só na nossa URC, levantamento feito pelo nosso superintendente são R\$  
 1361 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) do snuc. Então nosso trabalho aqui em que pese o  
 1362 posicionamento da FIEMG, que agente respeita, está trazendo bons frutos e trará bons frutos.  
 1363 E essa outra questão Thiago, saber se essa capacitação você vai abrir a qualquer gente,  
 1364 qualquer pessoa, porque nós lá em Uberaba que temos agora o licenciamento municipal,  
 1365 talvez seja de grande interesse nós mandarmos alguém. THIAGO (FIEMG) – Já que você  
 1366 questionou lá em Uberaba também vai acontecer essa capacitação dia 9 (nove), um dia depois  
 1367 daqui. CARLOS VALERA (PGJ) – Que ótimo. Muito obrigada. SILVIA (PRESIDENTE) –  
 1368 Mais algum conselheiro? VANDA (AMEDI) – O que eu queria dizer é o seguinte, quando  
 1369 nós já atuamos, eu estive no conselho a um tempo atrás, e agente procurava sempre manter a  
 1370 entrega dos relatórios em dia. Quando você tem um relatório para elaborar que o  
 1371 empreendimento é na cidade ou você não vai visitar o empreendimento é simples, em uma  
 1372 tarde você resolve a questão. Mais sair da sua cidade, ir em outra cidade, fazer uma visita,  
 1373 ficar lá o dia todo, um fim de semana por conta, e muitas vezes você não tem essa  
 1374 disponibilidade você tem que esperar um final de semana que de para ir, e esse foi um caso.  
 1375 Então eu não assumo os dizeres, em respeito a isso, dos colegas conselheiros, mesmo porque  
 1376 eu já me desculpei no início dos trabalhos. Eu tento aqui e peço desculpas a todos e todas se  
 1377 as vezes parece antipático, mas eu tento fazer da melhor forma possível, Eu sou um ser  
 1378 humano com um monte de defeitos e essa antipatia não é intencional, se tem antipatia não é  
 1379 intencional, e no sentido de colaborar no trabalho. Como eu levei esse material, estou  
 1380 devolvendo esse aqui, e como eu tinha sugerido a leitura desse livro e falei que doaria para



1381 SUPRAM, está aqui o livro para leitura, é um relatório da rede social de justiça e direitos  
 1382 humanos, é um relatório de 2011 está recente, e eu acho que seria bacana para gente também  
 1383 poder se inspirar um pouquinho nesse trabalho, que não é um trabalho fácil, principalmente  
 1384 para uma ONG, que uma ONG não ganha para fazer isso, isso é vontade de contribuir,  
 1385 vontade de melhorar a vida de algumas pessoas que estão sofrendo com alguns  
 1386 empreendimentos e também discutir, porque eu acho que esse fórum aqui não é somente para  
 1387 vir e votar. É um fórum no sentido de a gente crescer como ser humano, trocar experiência, de  
 1388 tentar melhorar na sociedade para as pessoas que estão vindo aí. Então se a gente tiver que vir  
 1389 com tudo mastigado para não ter o que discutir aqui, eu sou contra isso, eu acho que a gente  
 1390 tem que vir com as dúvidas sim, por mais dúvidas que a gente tire, porque eu não procurei o  
 1391 pessoal da SUPRAM mas procurei várias outras pessoas, engenheiro da Petrobras, que eu até  
 1392 já mencionei aqui, pessoal que lida com laticínio lá de Monte Carmelo. Então eu procurei  
 1393 saber de um monte de coisa mais ainda cheguei com dúvidas, e eu acho que trazendo essas  
 1394 dúvidas, esse é o local para a gente discutir e tirar dúvidas. Então eu não concordo com parte  
 1395 das coisas que foram ditas. Agradeço e peço desculpas, obrigada. SILVIA (PRESIDENTE) –  
 1396 Conselheira Vanda, obrigada pela doação do livro a Supram, nós repassaremos ao Rodrigo e  
 1397 pediremos que seja repassado a toda equipe a quem desejar ter conhecimento, e te dizer que  
 1398 este local aqui é sim de discussão, eu entendo seu posicionamento e entendo o  
 1399 posicionamento dos colegas, e a gente coloca mais uma vez a equipe da SUPRAM a  
 1400 disposição, porque talvez muitas das dúvidas da instituição AMEDI possam ser esclarecidas  
 1401 sim antes da reunião, com uma boa conversa, diálogo, para evitar retirada de vista de processo  
 1402 sem ter a necessidade. Mas isso fica facultado a senhora como direito, como conselheira, e a  
 1403 gente está aqui para dar todo apoio não só a Vanda (AMEDI) como os demais conselheiros  
 1404 que sentirem essa necessidade do apoio da SUPRAM. Eu gostaria como última informação,  
 1405 informar aos senhores conselheiros que finalizou o prazo de cadastro de instituições para  
 1406 participar da composição do COPAM e o resultado já está disponível na página da SEMAD e  
 1407 nós já temos aqui 13 instituições habilitadas para essa unidade regional, entre ONG's,  
 1408 associações, instituições de ensino. Os senhores conselheiros que tiverem a curiosidade  
 1409 podem entrar lá no site para conhecer quem são as possíveis instituições que farão parte deste  
 1410 conselho no próximo mandato. Então encerramos a nossa reunião e eu agradeço a presença de  
 1411 todos. Boa tarde, encerramos a nossa reunião as 11:55 hs. **Item 13 – Encerramento:** Nada  
 1412 mais havendo a ser tratado, a presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a  
 1413 sessão e eu, Danielle Teixeira Pinto, lavrei a presente Ata que segue por ele assinada.  
1414 Uberlândia, 30 de Julho de 2012.

1415

1416

1417

1418

1419

1420

1421 SILVIA CRISTIANE LACERDA – (presidente suplente)

1422

1423